

FRAGASSO DE JÂNIO DESARVORA A UDN

Texto na 3.ª página

Light Vende Ilegalmente Terrenos Pertencentes à Prefeitura

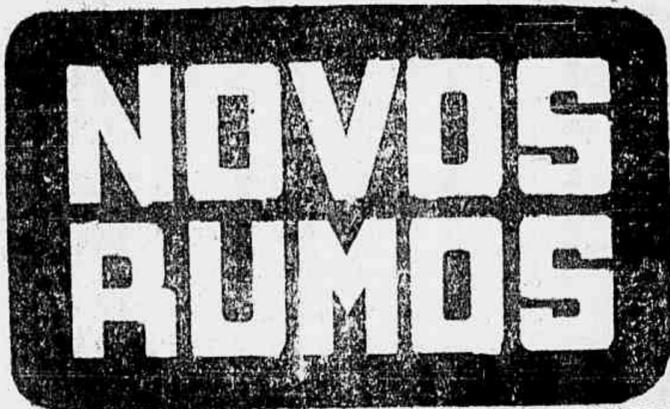
(Texto na 6.ª pag.)

O movimento iniciado pela população de Cachoeiro do Itapemirim, no Espírito Santo, contra as altas tarifas de luz e força cobradas pela Central Brasileira, subsidiária da Bond & Share, amplia-se a outras cidades e vai conquistando os primeiros grandes êxitos. Reunindo industriais, comerciantes, líderes sindicais e outras personalidades do Estado, a campanha contra o truste norte-americano já conseguiu que o governador Lindenberg solicitasse ao Governo Federal o tombamento físico e contábil dos bens da Central Brasileira e está em estudos uma fórmula visando a um grande rebaixamento das tarifas de luz e força. A amplitude do movimento pode ser verificada no cli-chê acima, onde se vê o piquete do movimento grevista do povo de Cachoeiro do Itapemirim, defronte da agência local da empresa americana. São submetidos a severa vigilância os que ousam furar o movimento, pagando as contas de luz, e que são considerados traidores do povo, conforme se pode ler no cartaz. Reportagem na página 5.

Classificação: Barnabés Não Podem Esperar Mais

(NA PÁGINA 5)

ANO I — SEMANA DE 12 A 18 DE FEVEREIRO DE 1960 — N.º 51



REDAÇÃO: AVENIDA RIO BRANCO, N.º 257 — SALAS 1711/1712



Homenagem do Exército a Lott e Denys

As cassandras continuam insistentemente a dizer que o Brasil está perdido, que o Brasil está com um pé no abismo. E dizem isto conscientemente, certas de que estão falseando a verdade para o povo», disse o Marechal Lott no almôço que cerca de 900 oficiais, entre eles 83 generais, lhe ofereceram, por motivo de sua saída do Ministério da Guerra, e ao Marechal Odílio Denys, por deixar o comando do 1.º Exército. Disse ainda o candidato nacionalista que o Brasil «precisa de capitais, mas nunca um dinheiro que humilha», dependendo seu progresso

fundamentalmente dos seus recursos da luta dos brasileiros. Em homenagem aos dois chefes militares, realizou-se igualmente um desfile no qual tomaram parte 18 mil soldados. Antes de se dirigir para a Vila Militar, o Marechal Lott encontrou-se com os 1.300 operários da fábrica militar do Realengo, ouvindo suas reivindicações e recebendo como presente um relógio, feito pelos próprios operários, que reafirmaram o compromisso de marcharem ombro a ombro na campanha nacionalista pela presidência da República.

Dia 15, às 17 horas:

MANIFESTAÇÃO DO POVO AO MARECHAL LOTT

Promovida pelos comitês pró-candidatura Lott, por parlamentares, líderes sindicais e estudantes, organizações populares, etc., será realizada uma grande manifestação pública ao marechal Teixeira Lott, pelos relevantes serviços que já prestou ao Brasil e de apoio à sua candidatura à Presidência da República. A manifestação iniciará-se às 17 horas da próxima segunda-feira, dia 15, diante do Ministério da Guerra, ao ensejo da transmissão do

(Conclui na 10.ª página)

A MARGEM DA VIAGEM DE EISENHOWER

TEM SIDO DE
AMIGO-URSO
A AJUDA
AMERICANA

(TEXTO NA 3.ª PÁGINA)



"VI UM APARTAMENTO PASSANDO PÉLAS RUAS DE MOSCOU" NA PÁGINA 12

A União Soviética realizou verdadeira revolução na técnica da construção de casas. Passou do tijolo a grandes blocos de nove metros por três, e dos blocos à pré-fabricação de apartamentos completos. Na 12.ª página, publicamos a respeito uma reportagem de ORLANDO BOMFIM Júnior, nosso enviado especial à Europa.

Desenvolvimento

A próxima transferência da Capital da República para Brasília e a inauguração de algumas obras que figuram no Programa de Metas do sr. Juscelino Kubitschek vêm dando ensejo a que, nos últimos dias, despertem um extraordinário interesse popular as questões relacionadas com o desenvolvimento econômico do país.

É uma realidade palpável o avanço que a nação vem experimentando, refletido numa série de empreendimentos materiais de considerável envergadura. E não há dúvida de que este avanço corresponde, até certa medida, às aspirações do povo.

O que é necessário é não perder o sentido desta medida. E não passar assim ao exagero de uma exaltação que possa obscurecer os graves defeitos e as profundas deformações em que incorre o atual processo de desenvolvimento nacional.

Dois são os aspectos gerais mais importantes que precisam ser assinalados nesse sentido. Em primeiro lugar, estamos diante de um desenvolvimento que se faz, em grande parte, com o prejuízo dos verdadeiros interesses nacionais e até da independência de nosso país. A verdade é que a espoliação a que nos submetem os trustes imperialistas, com o apoio do Governo do sr. Kubitschek, e apesar da resistência oposta pelos nacionalistas, atinge hoje proporções espantosas. Estamos muito longe de poder falar em desenvolvimento independente. Em segundo lugar, o surto de realizações que hoje percorre o país, em vez de ser orientado no sentido de elevar o padrão de vida das massas, vem resultando em um aumento crescente das dificuldades e dos sofrimentos do povo, enquanto os monopólios norte-americanos e uma minoria de magnatas brasileiros obtêm lucros fabulosos — lucros que são o fruto do trabalho miseravelmente remunerado de milhões de homens e mulheres.

É um fato o avanço material do país. Mas para bem conduzi-lo, pelos rumos de nossa emancipação nacional e em benefício do povo, torna-se necessário um Governo que leve à prática uma firme política nacionalista e democrática. É o que as massas exigem do sr. Juscelino Kubitschek. É o que o povo espera do marechal Henrique Lott, após a sua vitória no pleito de 3 de outubro.

Os compromissos assumidos por Lott perante o povo brasileiro indicam que este será o caminho a ser seguido pelo futuro Governo. E é por isso que em torno de sua candidatura — repelindo quaisquer manobras golpistas ou continuistas — estão agrupadas as forças nacionalistas e democráticas do Brasil. Lott é o candidato de todos os que anseiam por um progresso independente e em função dos interesses do povo. A grande concentração popular do dia 15 próximo confirmará mais uma vez esta decisão.

Fora De Rumo

RAIMUNDO NONATO

Mal desembarcou no Santos Dumont, de estômago embrulhado e ainda sob o efeito do pavor que lhe provocam as viagens aéreas, o sr. Jânio Quadros compareceu a um programa de TV. O mesmo em que dias antes o sr. Tenório Cavalcanti fora forçado a tirar a barba histórica. Verdaderamente sinistro, o cenário em que surgiu o herói carismático. Apresentava-se mal acomodado numa poltrona sobre um tapete zebra, de fortes círculos concêntricos. Ambiente de consultório de cartomante.

Jânio deveria ser interrogado por alguns jornalistas, quase todos escolhidos entre os que não lhe fizessem perguntas excessivamente indiscretas. Mas nem essa precaução impediu que o fenômeno matrossense por várias vezes manifestasse embaraço, quando lhe apresentavam urna ou outra questão aguda.

A expressão «esvaziamento anda em voga nas crônicas políticas. O esvaziado é o sr. Jânio Quadros. De fato, o herói providencial, o candidato da «Hanson's Latin American Letters», esvaziou-se como balão de ensaio. Furado, começa a descer vertiginosamente, enquanto o povo o espera cá embaixo, para tascá-lo, no ato final.

Sua candidatura, cujo lançamento provocou uma crise na última convenção da UDN, agora conduz alguns chefes udenistas ao lançamento da chamada «bossa nova», que consiste em abandonar o tom negatvista dos discursos do sr. Jânio Quadros e demais estrélas de seus comícios. O povo deseja atitudes afirmativas e não o opacionismo puro e simples, cultivado na má-fé e no ódio. Na própria UDN começa-se a compreender isso.

Irritado ao receber as primeiras censuras de seus aliados à malograda demagogia «moralista», o sr. Jânio Quadros, ao ser posto como um peru nos círculos concêntricos do tapete zebra da TV, sentiu-se na obrigação de concordar, pelo menos dos dentes para fora, com a «bossa nova» udenista.

LOTT: CANABARRO SERVE A JÂNIO

O verdadeiro efeito das provoações do coronel Nemo Canabarro Lucas sobre a «infiltração comunista» nos comitês lottistas foi compreendido pelo próprio candidato do PSD. Falando a um grupo de políticos integrados em sua campanha, entre os quais o deputado Ultimeiro de Carvalho, o marechal Lott mostrou-se irritado com a atividade do sr. Canabarro, tendo afirma-

do: «Atitudes como esta do coronel Nemo Canabarro Lucas parecem ter a intenção de beneficiar a candidatura do sr. Jânio Quadros». Diante de pronunciamento tão claro, é de se esperar que sejam refreados os ânimos do coronel que, ao invés de se lançar na propaganda de candidatura nacionalista, prefere concentrar sua atividade em semear a divisão entre os setores que a apolam.

A propaganda oficial vem preparando o Rio «para receber Ike». Há esmero na «toilette». Ruas são consertadas, não porque se pense no aborrecimento dos cariocas que delas se servem, mas «para Ike passar». Por outro lado, são entoadas lóas às excelências da «tradicional amizade» e, especialmente, à «grande ajuda» que os Estados Unidos estariam prestando ao nosso país. Ao povo, entretanto não é fácil enganar. O carioca já decretou, com seu humor, que toda esta encenação é para melhor fazer ouvir a já célebre canção carnavalesca do «me dá um dinheiro aí...»

EMPRÉSTIMOS: BOM NEGÓCIO PARA EUA
Já agora, com a preparação da visita de Eisenhower, a perspectiva de novo empréstimo está mais uma vez sendo utilizada como instrumento de pressão, o desta vez contra a própria Petrobrás. Não se escondem os chamados «bastidores», que o alto preço político a ser pago por este novo empréstimo poderia muito bem ser uma «abertura» no monopólio estatal do petróleo.

Por outro lado, os empréstimos ao Brasil representam sempre um bom negócio para os imperialistas lanques. O embaixador Moreira Salles em seu recente discurso em Nova York citou um exemplo eloquente disso: o empréstimo de 300 milhões de dólares, concedido em 1953 pelo EXIMBANK, já rendeu a esse banco, em apenas seis anos, 43 milhões de dólares de juros sendo que 218 milhões de dólares do empréstimo já foram amortizados. Ora, 43 milhões de dólares é quase a metade do total dos investimentos da Petrobrás em um ano!

Além de serem instrumento de pressão política e de darem bons re-

À MARGEM DA VISITA DE EISENHOWER

Tem Sido de Amigo-Urso a Ajuda Norte-Americana

cro de dinheiro, os empréstimos imperialistas são ainda, por uma terceira forma, benéficos para os monopólios lanques. Eles se constituem em uma válvula de escape para o sistema de espoliação imperialista a que é submetido o nosso país, uma vez que, ao proporcionarem um alívio temporário ao nosso balanço de pagamentos, permitem a continuação das remessas de lucros, juros e amortizações de capital, etc., e o adiamento das providências necessárias para conter a evasão das riquezas do país e possibilitam o prolongamento do sistema de sucção a que nos submetem aqueles monopólios.

INVESTIMENTOS DIRETOS

Outra forma da falada «ajuda» norte-americana é a dos investimentos diretos de empresas lanques em nosso país. Também nestes casos a «ajuda», na realidade, não tem outro beneficiário senão o próprio imperialismo lanque. As remessas de lucros das companhias estrangeiras no Brasil, de 1939 a 1952, totalizaram 806,9 milhões de dólares. Esta informação está no Relatório da Comissão Misto Brasil-Estados Unidos, tomo I, pag. 100. Apesar do volume das remessas, a mesma Comissão afirma que, naqueles 14 anos, praticamente não entrou no Brasil capital oriun-

do do exterior. Para um ingresso de investimentos privados de US\$ 97,1 milhões, no citado período, saíram US\$ 83,8 milhões. O saldo, pois, é de US\$ 13,3 milhões, ou seja, 1/61 dos lucros remetidos para o exterior. O resultado final é simplesmente que o Brasil mandou para fora US\$ 793,6 milhões. Mesmo assim, entretanto, o Departamento de Comércio dos Estados Unidos informa que os investimentos norte-americanos no Brasil subiram de 240,1 milhões de dólares em 1940 para 1.017 milhões em 1953. Num período correspondente, portanto, a 14 anos, os investimentos norte-americanos quintuplicaram. Se saiu 61 vezes mais dinheiro do que entrou, como puderam multiplicar os investimentos norte-americanos? A resposta que se impõe é que os lucros das empresas foram mais do que suficientes para remeter, e para reinvestir. E operando com esse lucro reinvestido, que, afinal, é capital nacional, que as companhias estrangeiras esmagam a indústria brasileira fazendo-lhe concorrência desleal, dispõem de enormes somas para manipular a imprensa e outros «organismos compráveis», pagar reglamente conselhos de administração decorativos e consultorias servis, e, ainda por cima, oneram nosso balanço de pagamentos

Fraqueza e Desespêro

O descenso da candidatura de Jânio Quadros é um fenômeno que vem se verificando há bastante tempo. Embora com intervalos ocasionais (exemplo: as semanas em que esteve em foco a Convenção da UDN), o desgaste político do «Hitler redivo» começou praticamente desde o instante em que Jânio, como candidato, passou a se defrontar com a opinião pública e a ter de se pronunciar em torno de problemas concretos do país e do povo. A partir de então o mito, forjado graças a um insistente truque publicitário, começou a se desfazer. As posições antipatrióticas e reacionárias de Jânio, em que muita gente antes não acreditava, e o seu caráter ditatorial começaram a aparecer claramente. As decepções foram se acumulando, e se tornaram incontáveis desde o mo-

mento da renúncia-deverência.

A última caravana ao Norte e Nordeste, entretanto, foi a gota d'água que fez estravar o copo. Em lugar da consagração esperada, Jânio encontrou a frieza e até a hostilidade das populações nordestinas. A excursão constituiu um completo fracasso, evidenciando-se que as massas não estão dispostas a eleger um candidato entreguista — que investe contra a Petrobrás e é partidário da reforma cambial exigida pelo FMI — e agita o espantinho moralizador da vassoura enquanto se cerca do que há de mais corrompido na política de S. Paulo e dá ele próprio os piores exemplos de licenciosidade.

O desastre da excursão ao Norte e Nordeste alarmou certos setores da UDN, particularmente a sua agora chamada «ala móvel». E deu lugar ao movimento «renovador», cuja liderança cabe, não por acaso, a três parlamentares notórios. Chegaram os elementos «renovadores» à conclusão de que estará fora de dúvida a derrota a 3 de outubro caso a UDN e o seu candidato continuem a realizar a campanha nos moldes em que ela vem sendo feita. É necessário — dizem — levar ao povo uma «mensagem», em lugar da oposição vazia e demagógica cuja símbolo é a vassoura.

Esta «mensagem» seria o programa elaborado pelos três referidos deputados, a que tem se referido amplamente a imprensa diária.

PRESSÃO POLITICA

Caso típico de privilégio obtido por este poder político das empresas imperialistas lanques é a Instrução 113, da SUMOC. Este instrumento, com força de lei, permite aos capitalistas estrangeiros transferir para cá máquinas e equipamentos sem cobertura cambial e registrar essas máquinas, geralmente obsoletas em seu país de origem, como investimento. De 1955 — quando a Instrução entrou em vigor — até 1958, já haviam sido transferidos e registrados como capital 300 milhões de dólares de máquinas, sem que, pelo menos, se verificasse se já estava sendo produzido aqui equipamento similar àquele transferido. Os empresários nacionais não contam com a mesma possibilidade e são levados a aceitar participação estrangeira em sua indústria para poderem trazer equipamento pelo mesmo processo. Assim, gradativamente, nossa indústria vai sendo desnacionalizada e passando ao controle estrangeiro, em geral americano.

Outra «ajuda» muito alardeada é a venda ao Brasil, pelos EUA, dos seus excedentes de trigo. Encerraram-se no ano passado as remessas de trigo por conta do Acordo assinado em 31-12-56, cujas condi-

Fracasso de Jânio Desarvora a UDN

Jânio não é só demagogo

Ao lado de uma série de formulações extremamente vagas como «humanização do trabalho» — muito ao gosto, aliás, do bacharelismo udenista — o programa «bossa nova» contém algumas reivindicações há muito apresentadas pelo movimento nacionalista e democrático de nosso país. E segundo pretendem os seus autores bastaria a adesão da UDN e de Jânio a este programa para que, como por encanto, a campanha eleitoral janista perdesse o seu caráter demagógico e passasse a empolgar a opinião pública.

Não se pode perder de vista, porém, que antes de demagogo Jânio é entreguista e reacionário. E a sua própria demagogia não é senão um instrumento de que lança mão para enganar as camadas mais atrasadas da sociedade a fim de chegar ao Poder e nelê realizar aquilo que interesse ao seu amigo Rockefeller e ao Clube da Lanterna. Jânio é um demagogo, mas é ao mesmo tempo inimigo (embora mascarado) da Petrobrás, defende a política do FMI, é partidário de maio-

res facilidades ao capital estrangeiro imperialista e adversário do desenvolvimento econômico independente do Brasil. E, enfim, um candidato a serviço dos trustes e da reação. O caminho a ser seguido, portanto, pelos que na UDN não queiram se comprometer com uma candidatura deste tipo não pode ser o de tentar submeter essa candidatura a uma roupagem nacionalista e popular que não pode lhe caber, de maneira nenhuma. A saída não pode ser outra senão o rompimento com essa candidatura, irremediavelmente contrária aos interesses da nação e da democracia.

Candidato perdido

Qualquer que seja a atitude que Jânio e a direção da UDN venham assumir em face do movimento «renovador», uma conclusão é indiscutível: a rebelião dos jovens deputados udenistas testemunha com toda nitidez o incessante esvaziamento da candidatura Jânio Quadros e denuncia o pessimismo, e até o desespêro, com que nos altos círculos da UDN se encara o futuro dessa candidatura. Jânio é cada vez mais um candidato perdido.

POLICIAIS DOS EUA DITAM REGRAS AO GOVERNO

Falando à imprensa norte-americana, segundo informam telegramas publicados na última terça-feira, o secretário de imprensa do governo norte-americano, James Hagerly, declarou que «as disposições de segurança

durante a permanência de Eisenhower serão da responsabilidade dos países que receberão o presidente», cabendo aos policiais dos E.U.A. apenas colaborar.

Como em geral acontece quando falam os governantes norte-americanos, Mr. Hagerly não disse a verdade. O fato, que viola a soberania do Brasil e é profundamente humilhante para o nosso país, é que muitos dias antes da chegada de Eisenhower já os esbirros do FBI têm praticamente sob o seu absoluto controle o aparelho da polícia federal, mandando e desmandando como se fossemos uma simples colônia dos E.U.A., ou — para repetir uma expressão do sr. Juscelino Kubitschek — uma «retaguarda incaracterística».

Podemos informar com segurança que todo o fabuloso plano de defesa pessoal do presidente Eisenhower foi elaborado em seus menores detalhes pelos tiras do FBI e aprovado pelo próprio Hagerly durante os dias em que aqui esteve. As linhas essenciais do plano foram, aliás, transmitidas por Hagerly ao presidente Kubitschek em pessoa, num episódio de revoltante espionagem da soberania do Brasil, fixado e reproduzido em foto num dos últimos números da revista «O Cruzeiro». Hagerly, um simples encarregado de imprensa de Eisenhower, que, a ser admitido, teria que entender-se com o funcionário brasileiro de categoria correspondente à sua, foi entretanto transmitir ao próprio Presidente Kubitschek as ordens sagradas do Federal Bureau of Investigation. E estas ordens estão sendo cumpridas religiosamente, em constantes atentados à nossa independência e até às normas mais elementares (Conclui na 8a. página)

O CIRCO JANISTA

Tendo sido um completo fracasso político, a «tournee» de Jânio ao Norte e Nordeste foi, entretanto, muito rica em episódios pitorescos. Vejamos alguns.

A covardia pessoal do Jânio foi das coisas que mais impressionaram. Era alarmante o abatimento físico do candidato sempre que se aproximava o momento de subir para o avião. E dentro da aeronave tremia que nem vara verde, num constante sobressalto, não admitindo nem mesmo que alguém lhe dirigisse a palavra.

Certa feita, quando fazia a sesta numa chacara, deitado numa rede, a alguma distância de seus pés caiu um côco. Jânio deu então um pugritando em pânico: «É um atentado! Querem me matar!»

O «alto comando» de Jânio, como se sabe, é formado pelos mais categorizados vigaristas de São Paulo, que na surdina, mas impiedosamente, vivem lutando entre si. Conta-se que era comum, ao aterrissar o avião nas cidades nordestinas, Emílio Carlos apontar para os correligionários que o recebiam um dos elementos da «troupe» janista e dizer: — Aquele é o Quintanilha. Cuidado com êle!

Durante toda a «tournee», o uisque correu caudalosamente. E um dos seus maiores consumidores era a preciosa Jânio. As «baxas» havidas na caravana foram, na verdade, devidas mais às bebedeiras do que ao pobre enxada de jacaré.

Mas os janistas não se contentaram em beber «no local». Muitos deles trouxeram enormes carregamentos de uisque comprado no Ceará, de contrabando.

O comportamento de uma série de episódios ocorridos durante a «tournee» ao Norte provocou indignação entre alguns dirigentes udenistas. Sabe-se, por exemplo, que o sr. Milton Campos está decidido a não comparecer aos comícios de Jânio. E diz porque: — Não posso aparecer ao lado desses castigetes...

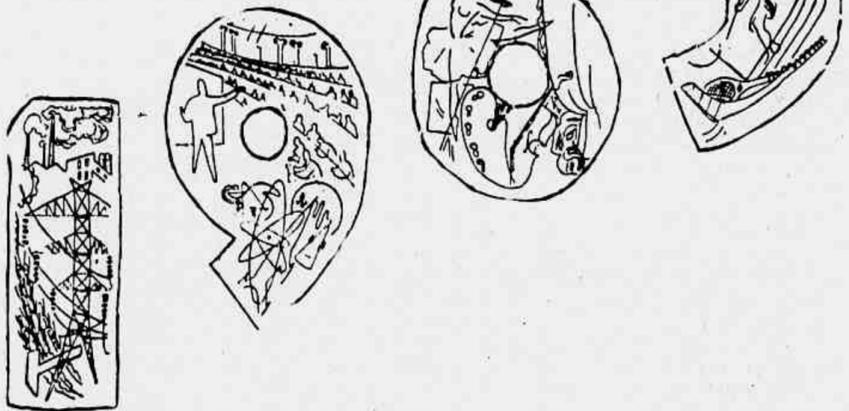
Em todos os comícios Jânio repetia a mesma lenga-lenga: frases vazias, afirmações demagógicas, nenhuma análise séria dos problemas do país e do povo. Num dos comícios, o deputado José Sarney, não contendo o desapontamento, disse a um amigo, no palanque: — Isto é uma lástima! Não há meio de o homem mudar o disco!

COMITÊS LOTT-JANGO

No próximo dia 14, domingo, às 18 horas, será instalado o Comitê Nacionalista Lott-Jango, no morço do Dendê, da Ilha do Governador. A Comissão Organizadora deste Comitê convida todos os Comitês da zona da Leopoldina e de outros bairros para se fazerem representar.

Promovida pelo Comitê Nacionalista Lott-Jango das Pichunas (Ilha do Governador), será realizada uma batalha de confete, na estrada da Porteira, fim da linha de ônibus Castelo-Bancário. A batalha terá início às 19 horas da tarde, dia 13.

A Cultura Na URSS Em



Compreende-se que se possa planificar a construção de fábricas, altos fornos e centrais elétricas. E' possível, porém, planificar a elevação do nível cultural das massas? E' claro que sim.

Para que o socialismo e, depois, o comunismo, possam ser construídos, é mister que as massas populares sejam cultas e donas das riquezas espirituais criadas durante toda a história da humanidade, tornando sua própria intelectualidade popular.

No entanto, quanto mais culto um homem se torna, com tanto maior rapidez aumentam suas necessidades e lhe surgem novos interesses culturais. Inicia-se um processo que jamais terá fim. Não é preciso demonstrar quanto esse processo modifica as próprias pessoas. O objetivo principal do plano socialista de fomento da cultura é satisfazer às necessidades das massas.

São bem conhecidos os êxitos alcançados pelo povo soviético no domínio cultural. Um país cuja população era constituída de 80% de analfabetos chegou a ser, durante os anos de existência do poder soviético, um Estado em que todos os cidadãos frequentam a escola e cujos centros de ensino superior diplomam, por exemplo, mais engenheiros que qualquer outro, inclusive os Estados Unidos.

O plano setenal estipula vastíssimas medidas no domínio do desenvolvimento

da cultura. Na URSS se aprovou uma lei relativa aos vínculos da escola com a vida e o contínuo desenvolvimento do sistema da instrução pública, cuja importância é realmente extraordinária. Ao formular as tarefas da escola, o Plano Setenal ressalta que "cabe a esta preparar homens de cultura universal, bons conhecedores dos fundamentos das ciências e, ao mesmo tempo, capazes de realizar um trabalho físico sistemático; é seu dever formar na juventude o anelo de ser útil à sociedade e de participar ativamente na produção dos valores materiais de que a sociedade necessita.

O plano estipula que o número de alunos das escolas de primeiro e segundo grau chegará a 38 ou 40 milhões em 1965, ao passo que em 1958 era de 30 milhões.

Durante o setênio o ensino de oito graus se tornará totalmente universal e obrigatório. A escola secundária de 10 graus passará a ser de 11 e proporcionará, além de uma instrução média geral e politécnica completa, um preparo especial para que o diplomado possa exercer um ofício corrente de elevada qualificação.

Aumentará consideravelmente o número de escolas-internato, nas quais em 1965 estudarão não menos de 2.500.000 crianças, cujas mães terão a possibilidade de exercer seus direitos e aplicar seus co-

nhcimentos e sua qualificação com maior amplitude no trabalho e na atividade social.

O plano setenal estipula a ampliação e o melhoramento contínuo do preparo de técnicos com instrução superior e média especializada. As escolas superiores diplomarão, de 1959 a 1965, 2.300.000 cidadãos, contra 1.700.000 no setênio anterior. Em 1965, o número total de especialistas com instrução superior, aumentará em 50%.

Segundo o plano setenal, no ano que vem se terminará a passagem dos operários e empregados para o dia de trabalho de 7 e 6 horas. Os trabalhadores terão muito mais tempo livre.

Desenvolver-se-á, rapidamente, a rede de estabelecimentos culturais e educativos e de instituições artísticas. Prevê-se aumentar até 118.000... 120.000 o número de câmaras de projeção, permitindo, por exemplo, que no campo cada sovco e cada colcoç possua aparelho cinematográfico. Construiremos mais de uma centena de novos teatros e cerca de 100 centros emissores e retransmissores de televisão. Aumentará consideravelmente o número de aparelhos de rádio e de televisores de propriedade coletiva.

Há muito que a União Soviética vem ocupando firmemente o primeiro lugar no mundo quanto ao número de livros editados.

A tiragem dos livros que se publicarão em 1965 na URSS chegará à cifra colossal de 1 bilhão e 600 milhões de exemplares; a tiragem das revistas será mais do que duplicada durante os sete anos e a dos periódicos aumentará 50%. A rede de bibliotecas e clubes se desenvolverá consideravelmente.

A aprovação do plano de fomento da economia da URSS apresenta a cada cidadão soviético uma imperiosa questão: Que fará, no próximo setênio, para elevar seu nível cultural?

Como o povo responde a essa pergunta?

Cerca de 8 milhões de operários, por exemplo, passarão, neste ano, por um sistema de diversas escolas e pequenos cursos que contribuirão para elevar sua qualificação.

Os soviéticos aproveitam muito bem os bens da cultura postos a seu alcance. Por exemplo: 300 mil pessoas frequentam diariamente os teatros e 115 mil visitam os museus da União Soviética.

E' significativo o movimento pela criação de uni-

UM PEDRO

E NEIDA

Este chama-se Pedro Alves de Azevedo, é trovador balano que num folheto intitulado «Vamos libertar o Brasil» de fala «da fome, da miséria dos tristes», apresenta sua fé de ofício, com dezoito anos de serviços prestados ao Estado sem nenhuma falta e suspensão. «Sou brasileiro, de maior, Patriota, casado. Trovador, pai de oito filhos, já fiz parte em várias lutas de interesse de nosso povo e da nossa Pátria, já fui preso e espancado selvagememente por oito «mocinhos», diz Pedro e afirma que escreve livros «por uma questão ou um princípio: não sou trovador mercenário e não invento ou fabrico histórias, escrevo inspirado nas realidades de nossa vida e de nossos costumes, dedico a minha pena exclusivamente pela causa justa e nobre de nosso povo e de nossa Pátria». (Mantenho a grãfia de Pedro). Acha nosso amigo que para sairmos da miséria em que nos encontramos, devemos lutar por Paz, Terra, Liberdade, Justiça e mais pão e para isso as armas são: 1º Coragem; 2º Organização; 3º Patriotismo; 4º União; 5º Resolução; 6º Honestidade.

E canta: «Meu povo brasileiro/Preste necessária atenção/Na leitura deste livro/Que está em sua mão/O verdadeiro caminho/De nossa libertação». / «Apesar de nosso Brasil/Possuir grande riqueza/No entanto nosso povo/Vive e morre na pobreza/E um grupo de parasita/Desfruta desta grandesa». E continua lembrando a História do Bra-

sil onde sempre aparece «este grupo gosador, «que vem mentindo e enganando/a este povo sofredor».

Pergunta o trovador: «Nossos filhos de amanhã/que dirão de nós então?/ se encusarmos os braços/E não salvarmos a nação/seremos por eles julgados/pelos crimes de traição. / Para não sofreremos essa acusação, Pedro propõe: «Forjemos grandes lutas/ aumentando a produção/Para que isto aconteça/E' preciso muita união/De todos os brasileiros/Isto sem distinção. / «Exigir do Presidente/Dos deputados também/ Distribuir as terras férteis/ Ao povo que não tem/Isso logo sem demora/Não fique no vai e vem. «Recuperar nossa indústria/E' um ponto principal/Pra evitar grandes lucros/ De truste internacional/E assim o nosso povo/Tenha vida natural.

Pedro Alves de Azevedo, procurou-me em Salvador, agora, quando lá estive. Levou-me seu livro com esta dedicatória: «Enaida se você de fato ama/Esta Pátria estremeçada/Acelere nesta luta/Do seu leito adormecida. Aqui estou eu, Pedro; se não posso acelerar, como você pede, a luta, aqui estou a seu lado, aplaudindo seu trabalho, louvando suas convicções. Estou inteiramente de acordo com você para que «façamos um Brasil riço, livre e democrata, enfim; façamos um Brasil brasileiro».

Um abraço fraternal, Pedro.

versidades populares, surgido na URSS após o XXI Congresso do PCUS. A noite e aos domingos, milhares de pessoas acorrem para ouvir conferências nos clubes. A literatura e a arte, a música e o teatro, a coreografia e a pintura, o cinema e a arquitetura: eis os domínios em que as universidades populares, cuos cursos são de 2 a 3 anos, dão a seus frequentadores um harmonioso sistema de conhecimentos.

Um fenômeno de importância igual observado na vida cultural da URSS no primeiro ano do plano setenal foi a criação de teatros populares, cujos artistas e decoradores, e às vezes também os diretores, não são profissionais e sim participantes dos

conjuntos de amadores que, com grande êxito, se desenvolvem na URSS. O número desses teatros já hoje ultrapassa de 100.

«A construção do comunismo — afirmou N. S. Kruschiov no XXI Congresso do Partido Comunista da União Soviética

— pressupõe não só um desenvolvimento sem precedentes da economia, ciência e cultura; abre também horizontes inusitados para a mais ampla revelação e desenvolvimento multilaterais de todas as possibilidades e facultades criadoras do homem».

REVISTAS DA CHINA

Em espanhol:	assinatura anual
China Ilustrada, quinzenal	Cr\$ 650,00
Em inglês:	assinatura anual
China Pictorial, quinzenal	Cr\$ 650,00
Peking Review, semanal	Cr\$ 650,00
Chinese Literature, mensal	Cr\$ 450,00
Women of China, bimestral	Cr\$ 150,00
China's Sports, bimestral	Cr\$ 150,00
Evergreen, 8 números anuais	Cr\$ 150,00

Pedidos a EDITORIAL VITÓRIA LIMITADA, Rua Juan Pablo Duarte 50, sobrado, Caixa Postal 165, telefone: 22-1613, RIO DE JANEIRO — D. FEDERAL

NOTAS SOBRE LIVROS

ASTORILDO PEFEIRA

Só agora pude ler o livro do Prof. Acácio Ferreira, da Universidade da Bahia, publicado há já alguns meses sob o título — **Lazer Operário**. Prefaciando-o, escreveu Edison Carneiro que — «ensaio de Acácio Ferreira desbrava, como pioneiro, os caminhos para uma solução nacional do problema do lazer». E' trabalho de pioneiro, efetivamente, mas de pioneiro possuidor da necessária qualificação científica para realizar semelhante tarefa baseada em rigorosa pesquisa teórica e prática.

Divide-se o livro em três partes. Na primeira, o autor passa em revista o que há de mais importante na literatura consagrada ao problema, dando-nos a conhecer as contribuições de numerosos sociólogos e especialistas, quase todos de origem norte-americana. Na segunda parte, é a questão examinada sob o ângulo das condições peculiares ao Brasil. Com espírito objetivo, o Prof. Acácio Ferreira nos mostra que não podemos aplicar ao nosso meio, mecanicamente, aquelas soluções já postas em prática, de maneira sistemática, em países de alto desenvolvimento industrial. Em tese, o problema do lazer operário é o mesmo em qualquer parte. Mas o seu condicionamento prático, observa o autor, «modifica-se quando o inserirmos no complexo nacional». As exigências são outras, num país subdesenvolvido, como o nosso, com a maioria de suas cidades em clima tropical, e outras terão de ser, torçosamente, as soluções.

Na terceira parte, finalmente, o autor analisa os resultados da pesquisa de campo que realizou sobre o lazer operário na cidade do Salvador. Trata-se de pesquisa pessoal, de âmbito obviamente limitado, mas em todo caso proporcionando ao pesquisador — e ao leitor do seu trabalho — alguns dados interessantíssimos.

Por exemplo, no tocante ao gosto ou à preferência da leitura nas horas de lazer. O Prof. Acácio Ferreira entrevistou um total de 597 pessoas, homens e mulheres, velhos, jovens, maduros, todos trabalhadores assalariados 52,93% dessas pessoas — mais de metade, portanto — declararam que liam diariamente. Leitura quase que só de jornais e revistas, assuntos esportivos, reportagens policiais, histórias de amor para moças; mas leitura, o hábito da leitura. O pesquisador informa ainda que notou uma grande «fome de conhecimentos» por parte dos entrevistados, os quais achavam ótima a idéia de bibliotecas ambulantes, que os poderes públicos poderiam criar. A vista dos dados obtidos neste particular, o Prof. Acácio Ferreira observa judiciosamente:

«Acreditamos perfeitamente dispensável qualquer comentário sobre a enorme oportunidade cultural que esta situação encerra. Por outro lado, também achamos ociosa qualquer palavra sobre as razões desse baixo nível do tipo de leituras.

A coisa é clara. O povo gosta de ler, e deseja

aprender. Lê o que é possível, o que lhe é acessível, o que lhe dá para ler. Não lhe cabe a culpa da ruim leitura que lhe oferecem, nem muito menos da nossa alta percentagem de analfabetismo. Podemos então imaginar, sem grande dificuldade, o que significará para a cultura brasileira uma ampla difusão de boa literatura (e bom rádio, e boa televisão, e bom cinema, e bom teatro popular) entre as massas populares de todo o País, nas cidades e nos campos. O exemplo que a este respeito podemos buscar nos países socialistas é dos mais convincentes: ali as massas de centenas de milhões podem satisfazer a sua «fome de conhecimentos», pois não lhes faltam os «alimentos» necessários.

Esta consideração nos leva a fazer um reparo ao excelente livro do Prof. Acácio Ferreira — a ausência, em suas páginas, de dados sobre o problema do lazer nos diversos países socialistas. Pensamos que seria de grande utilidade confrontar como é o problema encarado nos Estados Unidos e na União Soviética.

Segundo vemos neste livro, os tratadistas americanos cuidam a fundo do problema, mas tendo sempre em vista, em primeiro lugar, os interesses dos empregadores. São tratadistas — sociólogos, psicólogos, professores — a serviço do capitalismo, pura e simplesmente. Na União Soviética e demais países socialistas, onde o capitalismo desapareceu ou vai desaparecendo, o problema, já se vê, é tratado de modo muito diferente.

No que se refere ao Brasil, estamos de pleno acordo com o Prof. Acácio Ferreira, quando conclui que entre nós a questão do lazer operário — «se cifra em dinamizar suas extraordinárias potencialidades em favor do nosso desenvolvimento material e espiritual».

—xxx—

Recebemos os n.ºs 11 e 12 da **Revista de Direito Contemporâneo**. E' uma publicação especializada, mas não faltam em suas páginas estudos e artigos de interesse geral. Apontaremos, como exemplo, nestes dois números: «Princípios Gerais de Legislação Penal da URSS» — tradução do Dr. Célio S. Bustamante e notas dos Drs. Geraldo Irineu Joffily e Tercio Caixeiro; «Rêde Ferroviária Federal S.A., como Empresa de Caráter Estatal» — pelo Dr. A. Veloso Freyre; «O Problema de Formosa em Face do Direito Internacional» — pelo Dr. Godofredo Garcia Rendon; «Filosofia da História» (continuação) — pelo Dr. Homero Pinheiro; «Clência e Consciência» (estudo sobre Clóvis Bevilacqua) — pelo Dr. Santiago Dantas; «Reforma Agrária» — pelo Desembargador Bulhões de Carvalho; «Governo do Estado do Rio Grande do Sul x Electric Bond and Share» — pelo Dr. Arno Schilling, Procurador da Comissão Estadual de Energia Elétrica sobre a encampação da C.E.E.R.G.

Com a palavra o leitor

Como Melhorar NOVOS RUMOS?

A direção de NOVOS RUMOS considera chegado o momento, agora que estamos para completar um ano de circulação, de se examinar o que tem sido o nosso jornal e de se introduzirem modificações capazes de melhorá-lo. Para que esse intento possa ser realizado, é indispensável a colaboração de nossos leitores. Publicamos, por isso, o questionário abaixo, pedindo que as respostas sejam enviadas, com a urgência possível, à nossa redação.

- 1 — Qual a seção de NOVOS RUMOS que mais aprecia? Por quê?
- 2 — Qual a seção que menos aprecia? Por quê?
- 3 — Que seção ou seções acha desnecessárias?
- 4 — Que novas seções sugere?
- 5 — Que opinião e sugestões tem sobre a feição gráfica do jornal?
- 6 — Qual a sua opinião sobre a linguagem do jornal?
- 7 — Que críticas mais frequentes tem ouvido a NOVOS RUMOS?
- 8 — Indique matérias que na sua opinião não deviam ter sido publicadas.
- 9 — Indique matérias que na sua opinião deviam ter sido publicadas, e não foram.
- 10 — Indique as matérias que julgou melhores.
- 11 — Que matérias lê habitualmente em NOVOS RUMOS?
- 12 — Que matérias não lê habitualmente em NOVOS RUMOS?
- 13 — Qual a sua opinião geral sobre o jornal? Como melhorá-lo?

Observações — Não é obrigatória a indicação do nome do leitor. Mas julgamos necessárias as seguintes indicações: sexo, idade, profissão e cidade em que reside.



Na foto, aspecto parcial de uma reunião da Comissão que dirige a greve do povo de Cachoeira de Itapemirim contra os preços escorchantes cobrados pelo trust e que fomenta energia e força àquela importante cidade capixaba.

Espírito Santo: Amplia-se Luta Contra a Bond & Share

VITÓRIA (Do Correspondente) — O movimento popular contra as extorsivas tarifas de luz e força sobradas pela filial da Bond & Share neste Estado, iniciado em Cachoeira do Itapemirim e em Castelo, ampliou-se e produz seus primeiros frutos. Em resposta ao movimento grevista nas duas mencionadas cidades do interior, onde os consumidores recusam-se a pagar as contas de luz e força, o Ministério da Agricultura baixou uma portaria, de n. 48, elaborada de modo propositalmente confuso para enganar o povo e frustrar sua luta. A manobra, porém, foi desmascarada e a portaria rejeitada por não modificar a situação. Na reunião realizada em Cachoeira do Itapemirim, decidiram os promotores do movimento, que são figuras das mais expressivas da localidade, enviar uma delegação a esta Capital, visando a incorporar à luta o povo desta cidade.

AMPLIA-SE O MOVIMENTO

No Sindicato dos Escrivães, nesta Capital, realizou-se, então, uma reunião de que participaram os integrantes da delegação enviada por Cachoeira e Castelo e mais dirigentes sindicais. O presidente da Federação das Indústrias do Espírito Santo, o sr. H. Mayerfreund, proprietário da conhecida fábrica de balas e chocolates "Gatão", o presidente da Associação Espiritossantense de Municípios, representantes dos Comitês Nacionalistas, outras personalidades, além de grande número de trabalhadores e populares. Depois de um amplo debate do problema das tarifas de energia elétrica, foi deliberado que reuniões paralelas seriam realizadas na Federação das Indústrias e no Conselho Sindical. Posteriormente, as de-

Nova Diretoria no Sindicato do Fumo

Realizou-se no dia 30 de Janeiro, às 20 horas, em sua sede social, a posse da nova Diretoria do Sindicato dos Trabalhadores na Indústria do Fumo do Rio de Janeiro. A chapa eleita é encabeçada pelo sr. Antônio Gonçalves. O ato solene contou com a participação de representantes do Ministério do Trabalho e demais autoridades, além de vários dirigentes sindicais do D. Federal.

TECELÕES CARIOCAS REELEGERAM FELIX

Com uma vantagem de mais de três mil votos sagrou-se vencedora a chapa encabeçada por Felix Cardoso da Silva, para renovação da diretoria do Sindicato dos Trabalhadores na Indústria de Fiação e Tecelagem do Distrito Federal. O pleito, que foi disputado por duas chapas — uma encabeçada por

Governo do Estado pediu o tombamento dos bens da empresa americana — Fórmula para a redução das tarifas — Em Cachoeira e Castelo a população continua recusando-se a pagar as contas de luz

liberações tomadas em ambas reuniões seriam apreciadas conjuntamente para a adoção de medidas definitivas. Do entendimento entre os líderes sindicais e os dirigentes das entidades da indústria e do comércio, resultou um memorial ao governador do Estado expondo as reivindicações da campanha. Além do memorial, que foi elaborado pelo Conselho Sindical, foi também entregue ao Governo um plano de ação, que mereceu a aprovação das federações da indústria e do comércio.

No memorial, após uma série de considerações mostram os trabalhadores que é impossível à indústria espirito-santense produzir em condições de concorrência com as indústrias de Minas, Distrito Federal e São Paulo, notadamente em vista da enorme disparidade entre as tarifas de força e energia elétrica cobradas pelas concessionárias destes últimos Estados e pela do Espírito Santo.

O PLANO DE AÇÃO

No Plano de Ação estão contidos os seguintes pontos, propostos pelos trabalhadores ao Governo: 1) redução das tarifas de força e luz em 50 por cento, durante 120 dias, prazo em que será realizado o tombamento físico e contábil dos bens e instalações da Companhia Central Brasileira de Força Elétrica; 2) a Comissão de Tombamento será constituída de funcionários da Divisão de Aguas do Ministério da Agricultura e de representantes do Movimento de Cachoeira do Itapemirim, da Federação das Indústrias, da Federação do Comércio, do Conselho Sindical dos Trabalhadores e do Governo do Estado; 3) precedido o tombamento, verificar-se-á uma destas duas hipóteses: a) as tarifas estão conformes com a lei e nesse caso o Governo cobrirá os prejuízos da Companhia decorrentes da redução de 50 por cento antes mencionada. Além desta hipótese, a ESCELSA (empresa estatal de eletricidade) passará a fornecer energia diretamente às indústrias e a grandes consumidores, aos preços co-

hrados no Distrito Federal. O sul do Estado também seria objeto de atenção; b) as tarifas estão acima do permitido em lei e nesse caso o excesso cobrado será deduzido das tarifas futuras ou do investimento remunerável, além de ser fixada uma nova tarifa, legal. No Plano de Ação, estabelece-se ainda que o Governo do Estado, com apoio das bancadas federal e estadual e das entidades dos trabalhadores, da indústria, do comércio e da lavoura pleiteará do Governo Federal recursos para a construção da Usina Suíça. Por fim, prevê o Plano a extensão do movimento de não pagamento das contas de luz, que prossegue em Cachoeira e em Castelo, a Vitória, Vila Velha e Guaraciá.

NOVA REUNIÃO

Em vista de haver o go-

vernador Carlos Lindeberg declarado ser impossível realizar a redução prevista no item primeiro do Plano, devido à situação das finanças do Estado, uma nova reunião foi marcada, desta vez com a presença do secretário da Viação do Estado, sr. Astribal Soares, e do gerente da empresa norte-americana, Mr. Brian. Nessa reunião, o secretário da Viação fez uma proposta à empresa americana: o Estado estaria disposto a entregar-lhe o KW a Cr\$ 1.000; por quanto o reverendia a filial da Bond & Share? Mr. Brian alegou que não poderia dar uma resposta definitiva, mas o faria dentro de breve prazo. Desde logo, porém, afirmou que mesmo nesse caso o preço de revenda não poderia ser inferior a Cr\$ 3.300, isto é, mais do que o preço de produção!

Nessa mesma reunião, os presentes tiveram conhecimento de que o Governo do Estado concordou em satisfazer a reivindicação apresentada no que se refere ao tombamento contábil. Este fato, por si só, é uma extraordinária vitória da luta do povo capixaba.

«BARNABÉS» EXIGEM

URGÊNCIA PARA CLASSIFICAÇÃO

Representantes de servidores públicos e autárquicos de todo o país, reunidos em sua Conferência Nacional durante os dias 3, 4 e 5 do corrente, nesta Capital, resolveram por unanimidade pleitear no Senado o regime de Urgência-Legislativa para a tramitação do projeto de Classificação. Decidem ainda os funcionários apoiar o Plano de Remuneração do Substituto Jarbas Maranhão, a fim de não retardar a aprovação do projeto. Foi sugerido, entretanto, que o salário-família seja elevado para mil cruzeiros.

Para conseguir a aprovação do Plano de Classificação até 28 do corrente, os representantes do funcionalismo público e autárquico resolveram adotar as seguintes medidas:

- 1) expedir telegramas aos senadores solicitando-os a aprovarem o Plano de Classificação de Cargos até o término da convocação extraordinária do Congresso Nacional; 2) ampliar a campanha Pró-Classificação através das emissoras de rádio e televisão; 3) apelar diretamente para o presidente da República para que considere o Plano não apenas como uma necessidade para o servidor, mas, principalmente, para a própria administração pública, como elemento disciplinador e condição imprescindível à implantação do verdadeiro sistema de mérito; 4) considerar o dia 19 de fevereiro como o dia "C" da classificação, realizando, nesse dia, concentrações em frente a todas as Casas Legislativas Federais, Muni-

cipais e Estaduais; 5) instituir a Semana da Classificação no período de 19 a 25 de fevereiro, incrementando a campanha em todo o território nacional, em favor da aprovação do substitutivo Jarbas Maranhão; 6) promover uma passeata ao Catete em data a ser marcada; 7) recomendar a todas as entidades de servidores públicos que se mantenham em sessão permanente até a aprova-

ção do Plano de Classificação.

A Conferência Nacional dos Servidores resolveu ainda: ampliar a CAC (Coligação das Associações Pró-Classificação e c. a.), confirmando-lhes plenos poderes para continuar realizando suas tarefas em prol da Classificação; formar a Frente Parlamentar Pró-Classificação, composta de parlamentares que sejam funcionários, com apoio dos outros.



Os «barnabés» de todo o país realizaram na tarde do último dia 5, uma grande concentração nas escadarias do Senado Federal, pleiteando dos senadores a aprovação imediata do Substituto Jarbas Maranhão ao Plano de Classificação. Centenas de cartazes, empunhados pelos representantes do funcionalismo de todos os Estados, registravam em frases candentes a situação de miséria em que se encontra a grande maioria dos «barnabés». Na impressionante manifestação liderada pelo deputado Lycio Hauer, fizeram uso da palavra inúmeros senadores, entre os quais os srs. Lima Teixeira e Jarbas Maranhão, que asseguraram aos manifestantes a disposição de se dedicarem com todas as suas energias para que o Plano seja aprovado ainda nesta sessão extraordinária do Congresso Nacional, conforme pleiteia o funcionalismo.

TECELÃS DO MOINHO INGLÊS RECUSAM TRABALHO FORÇADO

Centenas de operários da fábrica de Tecidos Moinho Inglês movem uma luta dramática contra o regime de trabalho escravo que a direção da empresa lhes quer im-

por, ameaçando demitir todos aqueles que se negam a rebeatar os pulmões com excessivo ritmo de produção exigido pelos patrões.

A luta teve início quando o



As tecelãs do Moinho Inglês estão em luta contra o ritmo excessivo de trabalho que lhes foi, recentemente imposto pela direção daquela empresa estrangeira. Além de serem obrigadas a trabalhar com 6 máquinas, em lugar de 4, tiveram seus salários criminosamente reduzidos. Na foto, a repórter de NOVOS RUMOS palestrando com numeroso grupo de tecelãs do Moinho Inglês.

Moinho Inglês baixou ordens determinando que as tecelãs passassem a trabalhar com mais dois teares, ou seja, com seis, em lugar de quatro; e que as fiandeiras, que antes operavam em dois lados das máquinas, passassem a operar em quatro lados.

MAIS TRABALHO E MENOS DINHEIRO

Desde que foram baixadas essas ordens que uma onda de ódio e indignação vem unindo, num impressionante movimento de solidariedade, todos os trabalhadores da velha fábrica do tradicional bairro da Saúde, nesta Capital. O movimento cresce e assume grandes proporções porque o trabalho foi aumentado e o salário diminuído. O preço que era pago por metro de pano fabricado foi reduzido sob a alegação de que, com seis teares, a produção individual crescerá e os salários seriam muito elevados.

Mas a verdade é outra. O salário das tecelãs, que antes era de 5.600 cruzeiros mensais, baixou para 3.600 cruzeiros.

A revolta e o ódio das tecelãs se juntam os das fiandeiras. Essas trabalhadoras, que são hordas, tiveram um aumento de cinco cruzeiros por hora, mas em troca tem de dobrar a produção, fazendo o serviço de duas pessoas. Desse modo, a "The Rio de Janeiro Flour Mills & Grannies Limited" que é o nome real da fábrica Moinho Inglês, tem, de saída, um lucro de 160 cruzeiros. Antes, o trabalho era feito por duas operárias, que ganhavam, as duas, 400 cruzeiros. Hoje os patrões pagam apenas 240

Reportagem de VANDA PINTO

cruzeiros a uma fiandeira e exige dela a produção duplicada.

CINCO MINUTOS PARA ALMOCAR

Mas a exploração não fica aí. Além de exigir um ritmo de trabalho excessivamente superior às forças das tecelãs, o Moinho levou a hora do almoço da turma que trabalha das seis da manhã às duas da tarde, aplicando a seguinte chantagem: "ou vocês aceitam uma redução de meia hora no almoço ou terão de pegar no serviço as cinco horas da manhã". Ora quem conhece o subúrbio carioca com sua dificuldade de transportes, sabe o que significa para uma menina, grande parte das tecelãs é constituída por menores de 18 anos, pegar no trabalho às cinco da manhã. Significa que muitas teriam de se levantar às duas ou três horas da madrugada, hora em que os proprietários da empresa e seus prepostos ainda estão nas bules gastando fartamente o dinheiro conseguido com desumana exploração dos trabalhadores.

Com a instituição da meia hora de almoço as operárias passaram a ter, na realidade, cinco minutos para comer, uma vez que o tempo restante é gasto na caminhada para o refeitório e na espera da refeição. A operária procura voltar às carreiras no local de trabalho pois, se chega atrasada, um minuto que se já, perde o repouso remunerado, isto é, um dia de trabalho na semana.

"CACARECO" DE ENCOMENDA

Para instituir o regime de trabalho escravo, o Moinho Inglês rebou na gerência da empresa o indivíduo de nome Carminda Ursioll, batizado de "cacareco" pelas valentes tecelãs. Pais "cacareco" não o simpático quadrupede eleito vereador em São Paulo, mas o oníscio, também conhecido por Ursioll, todas as vezes que as trabalhadoras reclamam o cumprimento da lei, inflama o peito e responde arrogante:

— "Le aqui não funciona mais, comiga, comiga, vá trabalhar e no peito..."

Reclamações de punições são distribuídas diariamente aos trabalhadores, dizendo, invulgarmente, o seguinte: "se V.S. continuar se recusando a trabalhar nos quatro lados da máquina lhe aplicaremos punição severa que poderá ir até a sua demissão". Apesar das ameaças a luta das tecelãs continua. De posse das notas de punição e de advertência, as operárias dirigiram-se a sede do seu Sindicato, onde realizaram uma assembleia de protesto.

5 mil metros quadrados no Leme, Copacabana e Ipanema

LIGHT VENDE ILEGALMENTE TERRENOS DA PREFEITURA

O primeiro contrato assinado no Rio para a exploração de transporte coletivo em bondes elétricos, data de 30 de Agosto de 1890. Foi concluído entre a Prefeitura do Distrito Federal e a Companhia de Ferro Carril do Jardim Botânico. Este contrato, em sua cláusula décima nona, estabelecia: "Fim do prazo da concessão, a Companhia ficará 'ipso facto' dissolvida, e reverterão para o patrimônio municipal, em bom estado de conservação, todos os bens que a Companhia possui, imóveis, móveis e acessórios."

A data para encerramento da concessão foi fixado no mesmo documento: 31 de dezembro de 1960, isto é, no último dia do corrente ano. Ambas as cláusulas estão em vigor até hoje. Entretanto, a Light, que em 1905 começou a funcionar nesta capital, detendo o monopólio do fornecimento dos serviços de eletricidade, apoderava-se pouco depois da mencionada empresa de transporte e de outras que funcionavam no Rio. E aí começa o aspecto mais importante da questão: apesar de vigorarem as cláusulas referidas, a Light, valendo-se de sua influência, das chicanas e do suborno em vasta escala, vem efetuando, legalmente, a venda de imóveis pertencentes ao serviço de bondes, a fim de que, findo o contrato de reversão, não sejam eles entregues à municipalidade, nos termos do contrato de 1890.

Deveriam reverter à Municipalidade no dia 31 de dezembro de 1959 — Documento elaborado pela assessoria da Câmara do Distrito Federal revela o tremendo esbulho sofrido pelo povo carioca

VALIOSA INVESTIGAÇÃO

A propósito do assunto, a Câmara do Distrito Federal vem de receber os resultados de um amplo trabalho de investigação a que se procedeu, há anos. Assim, um funcionário daquela Casa Legislativa, o assessor Júlio César Villares Paiva. Inicialmente, a Câmara Municipal investigou a situação de vários imóveis que constava terem sido vendidos à sua Regina Peigl. Foi apurado então, que no Cartório do 5.º Ofício do Registro Geral de Imóvel existem transmissões feitas pela Companhia Ferro Carril do Jardim Botânico dos imóveis sito à Avenida N. S. de Copacabana, número 557, 567, 568, 571, 575, 577, 579 e 581, à rua Siqueira Campos, 48, à rua Teixeira de Mello números 49, 51, 55 e 57 e à rua Visconde de Pirajá números 111 e 119. Foi apurado também que todas estas transmissões foram feitas a uma só pessoa: à ora Regina Peigl, austríaca naturalizada brasileira, aqui chegada em 1939 e casada com o químico Fritz Israel Peigl, também naturalizado. Conhecendo os termos do contrato de 1890, que autorizou o funcionamento de

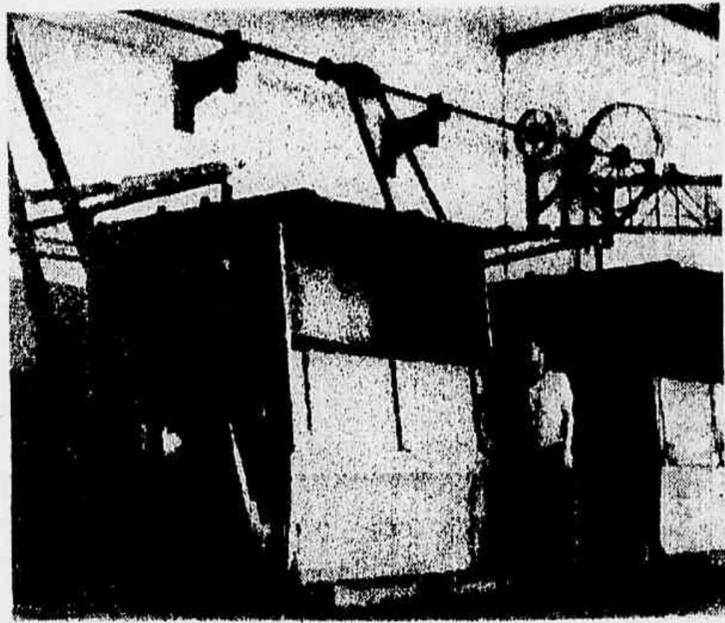
CFCJB, a Câmara investigou os contratos posteriormente assinados em aditamento ao primeiro. Esses contratos posteriores são em número de nove, mas por mais que fosse procurado, nenhum deles continha qualquer cláusula que revogasse as explicitamente existentes no original de 1890, fixando o prazo para reversão e obrigatoriedade da entrega de todos os bens na companhia à municipalidade, a 31 de dezembro próximo.

Como, pois, explicou que a Light, sem que tivesse havido alteração na lei contratual, tivesse alienado uma área tão ampla como a coberta pelos imóveis mencionados? Segundo cálculos feitos pelos funcionários da Câmara Municipal, o total da área indevidamente alienada pela Light ascende a mais de 35 mil metros quadrados (cerca de 3 hectares e meio) somente nos bairros de Ipanema, Copacabana e Leme. Esses terrenos não valorizam e preciso acuriosos, são propriedade da PDF nos termos dos contratos firmados em fins do século passado, com aprovação do legislativo da cidade.

Entretanto o fato é que a Light os vendeu e, assim, quando tiver de entregar a Prefeitura, em fins deste ano o serviço de bondes, substituirá nos bens que pertenciam os valiosos terrenos.

"Vale acrescentar, também, uma figura nova, surgida nos últimos tempos — a figura eficientíssima e indefinível do PUBLIC RELATIONS, corpo e alma de todas as grandes transações entre empresas poderosas e o Estado."

No trecho acima transcrito, encontramos a chave do mistério, ou melhor, a gizeta de que se serviu a Light para violar o contrato existente e vender como se seus fossem, imóveis valiosíssimos pertencentes ao povo carioca. E o que veremos na reportagem seguinte.



O Nordeste sempre foi uma região sacrificada. E o secular sacrifício de seu povo tem sido meio de vida para muita gente bem. Entra governo e sai governo, e aquela importante região do país continua abandonada à sua própria sorte. «Bossa nova» atual é falar-se em sua industrialização; mas, enquanto planos são traçados e verbas votadas, que não ceitam e mesmo destino de tantas outras, a indústria têxtil daquela região — a mais importante está ameaçada de completo colapso. E nada se faz de concreto, por salvá-la.

Prometem a Industrialização do Nordeste Enquanto Fecham as Fábricas de Tecidos

Reportagem de ANIBAL BONAVIDES

(Correspondente de NOVOS RUMOS no Ceará)

A indústria de têxtil e tecelagem do Nordeste marcha aceleradamente para um colapso. Embora incipiente, esse ramo fabril é a principal fonte de emprego da região, e o seu desmoronamento ocorre, por ironia do regime, meses após o lançamento da Operação Nordeste, a qual se propunha exatamente a promover a tão elogiada industrialização do Nordeste. Confrontando-se ao que se pretendia no papel, adotamos a seguinte situação da indústria que se encontra atualmente na realidade econômica da região, que é a seguinte:

providenciando a liquidação de estas respectivas sociedades de tecelagem. Finalmente, a fábrica de tecidos, Maranhão, do município do mesmo nome, vem de fechar as suas portas, lançando ao desemprego 140 trabalhadores.

Até o presente, mais de 600 mil operários pedem emprego, sendo que se multiplicam a cada...

DESEMPREGADOS EMIGRAM

A situação dos desempregados têxteis desempregados e de seus familiares. Centenas de famílias que recebem as indenizações, viajam para Brasília à procura de trabalho. Muitos, porém, permanecem em Fortaleza, tentando o trabalho ambulante, mas são perseguidos pelos fiscais de Prefeitura que têm ordens para converter a "vaga limpa" a fim de que todos os chegados não sejam chamados pelo e plantão fiscal da fôrça de trabalho enviado a vida diariamente na cidade de comércio ambulante.

Na São Luiz de Maracá, fechou a maior fábrica de tecidos do Estado, a "Fiação e Tecidos Cambou", empresa com cerca de 1100 operários, e está ameaçada de fechar a "Cia. Fiação e Tecidos do Rio Araripe", com mais de 900 trabalhadores.

CAUSAS DA CRISE

Com o desmoronamento da indústria têxtil agravou-se a situação do comércio algodoeiro. Enquanto que, em localidades de comércio algodoeiro, na praça de Fortaleza, a espera de mercado. A tendência é para aumentar consideravelmente a estocagem, momento quando se foram apresentando às empresas da futura saída, pois está praticamente liquidado o mercado consumidor têxtil, sendo precária as possibilidades de colocação no mercado externo.

De um modo geral, os in-

dústrias de tecidos quelesam-se de dois fatores determinantes da crise atual: 1) a falta de mercado interno que aborixa os artigos produzidos; 2) a falta de uma cobertura creditícia para o movimento das vendas. Sem mercado firme para a sua produção e financiamento por parte do Governo, os industriais de tecidos não obtiveram a maior parte, impossibilitados de renovar o parque de máquinas, situação-se assim em relação às empresas congêneres do sul do país.

Na a constituição em que se acham mergulhados que, recentemente, para "se libertarem" dos efeitos da recessão existentes em suas fábricas, industriais de Fortaleza tiveram que vender ao preço de 25 centavos por metro, artigos cujo custo de produção fora de 30 centavos. E mesmo assim não tiveram êxito em virtude do baixo poder aquisitivo das massas populares.

E A OPENO?

A duração da indústria têxtil e o rigoroso reconhecimento de energia elétrica necessitam a população de Fortaleza para uma realocação e para a formulação desta pergunta: e a OPENO, que está fazendo?

Em fevereiro do ano passado, quando se realizaram as primeiras reuniões para o lançamento oficial da Operação Nordeste, sob a presidência do sr. Juscelino Kubitschek, o governador Parafiz Barreto apresentou as principais reivindicações do Ceará que deveriam ser levadas em conta no planejamento que então se elaborava. Essas reivindicações estavam assim enunciadas: 1) eletrificação geral do Estado; 2) reforma agrária; 3) crédito; 4) indústria siderúrgica; 5) ampliação do parque industrial têxtil e oleos; 6) cultura algodoeira

e apoio ao agricultor; 7) póvoa constituição e aparelhamento; 8) estradas e equipamentos dos transportes.

Todas estas reivindicações foram incluídas no planejamento do CODENO. Entretanto, ainda não saíram do plano teórico. E as massas, decepcionadas, aguardam as medidas concretas, que nunca chegam.

Promete-se a eletrificação geral do Ceará, o próprio Presidente da República vem a Fortaleza e anuncia pessoalmente que até março de 1960 a cidade terá resolvido o seu problema de energia elétrica com a instalação de novas turbinas. No Serrolim, promete liberar uma verba para esse fim, e desde então o prefeito da Capital cearense em contra-se no Rio de Ministério em Ministério, sem conseguir trazer a tal verba, enquanto a escarificação se espalha cada vez mais pelos bairros fortalezenses.

Promete-se a reforma agrária, mas é o próprio Governo do Estado quem agora toma posição contra a Lei de Irrigação do Nordeste.

Promete-se a ampliação do parque industrial têxtil, mas o que se materializa é o fechamento das fábricas de tecidos.

Promete-se crédito à economia regional, mas continua-se negando sistematicamente facilidades aos pequenos e médios agricultores que recorrem ao Banco do Brasil e ao Banco do Nordeste.

Então, ainda não funciona a Operação Nordeste, pelo menos em relação ao Ceará.

O fechamento das fábricas de tecidos e o "black-out" reinante em Fortaleza, são a prova de que o Nordeste continua abandonado. Simbolicamente, esta realidade é um espelho da irresponsabilidade governamental.



28 de Fevereiro—8 de Março 1960

A FEIRA DE LEIPZIG

Feira Técnica e Feira de Amostras

O centro comercial dominante entre Leste e Oeste
O reflexo dos progressos técnicos
9500 expositores de 50 países

Visto gratuito para a visita da feira. Comunicações aéreas diretas. Redução da tarifa por Estradas de Ferro. Prospectos em todas as agências internacionais de viagem e turismo.

Convites Oficiais de Identificação para visitar a Feira poderão ser obtidos:

Representação Comercial da República Democrática Alemã no Brasil
Rua Senador Vergueiro, 50 - 12.º andar - Flamengo — RIO DE JANEIRO

Para informações, inscrição de firmas fornecedoras, etc. por:
Leipzig Messaumt • Heinstrasse 18a • Leipzig CI
REPÚBLICA DEMOCRÁTICA ALEMÃ

LIGHT — PODER CORRUPTOR

Do documento elaborado pela assessoria da Câmara Municipal transcrevemos o seguinte trecho: "Desde então passaram as obrigações entre a CFCJB e a PDF e, hoje, chegamos à conclusão — apesar dos brilhantes pareceres — pagos dos maiores juristas do país — que em torno desse negócio, em que a Municipalidade foi totalmente esbulhada, giraram os interesses mais inconfessáveis, que, divulgados envergariam toda uma geração. E sabido que os grupos econômicos poderosos, de origem interna ou externa, mantêm o que lhe dá melhor e mais eficiente em assessoramento. Brilhantes advogados, lobis e economistas e competentes engenheiros passam a constituir a linha de frente das grandes organizações, elaborando pareceres, projetos e relatórios procurando desta maneira influir sobre os órgãos fiscalizadores do Governo."

SITUAÇÃO NO CEARÁ

No Ceará, o problema está em vias de agravamento. Das oito fábricas de tecidos existentes em Fortaleza, as duas maiores, São José e Santa Cecília, cada qual empregando cerca de 1100 operários, foram envolvidas pela crise que ora se alastra. A primeira entrou definitivamente em paralisação em dezembro p. por não ter sido deixado ao desemprego, no início do ano de 1959, mais de mil operários. A segunda, a Fábrica Santa Cecília, de propriedade do "holding" A. Pinheiro & Cia. que vem de pedir concordata com um passivo declarado de oitocentos milhões de cruzeiros, provocando o maior "relevo" de que há notícia nos meios comerciais e industriais do Ceará, com repercussões em todo o Nordeste. — A Fábrica Santa Cecília, atualmente, já dispõem mais de quatrocentos operários em dois meses. E no momento, em virtude da situação da firma, espera-se o seu fechamento, fato que redundará na demissão em massa de mais de mil trabalhadores têxteis. Todas as outras fábricas (Batalha, 380 operários; Santa Maria, 250; Progresso, 200; Ceará Industrial, 250; Santa Elisa, 250; e Dama Ceará, 250) incluem a demissão de operários e estão

NOTA ECONÔMICA

O "Correio da Manhã" publicou nestes dias um curioso editorial, com o propósito de levar a solução "prometida" para a entrega do petróleo ao capital estrangeiro. Referindo-se a um telegrama dirigido de Buenos Aires, que deveria ter o país vizinho cessado a sua importação de petróleo bruto, o "Correio da Manhã" lê uma grande embutida de outras, parecendo não compreender. Disse:

"A produção argentina de petróleo chegou a cinco milhões de metros cúbicos em 1958, quando Frondizi lançou-se à associação com os capitais e a técnica estrangeiras. Em agosto de 1959 registrou-se um aumento de 30% sobre a produção do período anterior. As necessidades argentinas são da ordem de 17 milhões de metros cúbicos. Em 1960, ainda previu-se importar 8 milhões e 600 mil metros e estava previsto — revelam agora os fatos com maior pessimismo — que somente a partir de 1961 cessariam as importações, quando a produção interna tivesse atingido o nível do consumo.

Em poucas linhas, muitas mentiras e erros grosseiros de aritmética. Em primeiro lugar o aumento da produção argentina apregoado no telegrama da United Press de que o fevereiro, ao qual se refere o editorial do "Correio da Manhã", foi de 30% e não de 80%. Mas

PETRÓLEO ARGENTINO

RENATO ARENA

admitindo o mesmo que tenha sido de 80%, as cifras de bruto são incógnitas. Calculando-se 80% sobre 2 milhões de metros cúbicos, ter-se-ia um aumento de 1 milhão de metros cúbicos na produção em 59. Um corte correspondente nas importações que eram de 16 milhões de metros cúbicos em 58 deixariam ainda 6 milhões de metros cúbicos para serem importados em 1960. Não se compreende assim que o "Correio da Manhã" afirme que se tenham revelado "pessimistas" os cálculos do Governo argentino, que esperam para 1961 a obtenção da auto-suficiência do seu país, em matéria de petróleo.

A explicação do equívoco está em que o "Correio da Manhã", ao que parece deliberadamente, confunde petróleo bruto com derivados de petróleo. O aumento de 30% na produção argentina de petróleo bruto de forma alguma representa a auto-suficiência que o jornal se esforça por dar a entender. Ela significa apenas que a Argentina, não tendo refinarias com capacidade suficiente para processar mais petróleo bruto que o produzido no país, deixa de importar petróleo bruto, mas continua importando derivados. E em nada se modifica a previsão do Governo, de que apenas em 61 será atingida a auto-suficiência.

O "Correio da Manhã", pelo visto, não presta em empregar os métodos mais grosseiros, em seus ataques à Petrobrás. O mais grave, porém, é que este jornal se lança novamente em campanha contra o monopólio estatal no momento em que, ao aproximar-se a visita de Eisenhower, se começa a falar outra vez em

"ajuda" dos capitais norte-americanos à produção brasileira de petróleo.

O que entrou nessa campanha, entretanto, estão mostrando que o seu objetivo não é dar ao Brasil a auto-suficiência em petróleo, e sim dar maiores lucros e posições políticas aos trustes ianques. A fórmula-Frondizi, no terreno da produção e refino, não fez mais que a Petrobrás, em 1959. A produção brasileira de petróleo, no ano passado, foi superior em 25% à de 58, e se não foi maior porque a política governamental de subsídios aos interesses da Standard Oil, que tornou possível o famoso contrato Esso-Petrobrás, limitou a produção dos campos do Recôncavo baiano.

Mas, em declarações à imprensa, em 5 de janeiro, o Cel. Sardenberg, presidente da Petrobrás, reafirmou que a auto-suficiência nacional em produção e refino será atingida ainda em 1960, antes portanto, do que na Argentina. E, com a diferença de que, na Argentina, a auto-suficiência não impedirá que o balanço de pagamentos daquele país continue sobrecarregado com o pagamento de lucros e royalties às companhias estrangeiras de petróleo e, pior ainda, não diminuirá e sim reforçará o poder político interno destes grupos estrangeiros imperialistas. Enquanto no Brasil o petróleo será dos brasileiros.

Os Estudantes Conquistam Com Lutas o Direito de Estudar

Nosso povo conhece e admira a luta do estudante brasileiro pela democracia e o progresso. Campanhas como a do petróleo, (defesa do monopólio estatal), em defesa da indústria nacional (contra a instrução 113), por uma solução popular para o problema da carne (nacionalização dos frigoríficos) pela abertura de novos mercados (tratamento de relações comerciais com a URSS) deram ao estudante um lugar de destaque no movimento nacionalista que floresce em todo o país. E igualmente reconhecida sua participação na luta em

defesa da Constituição e dos direitos democráticos. — Pouco se sabe no entanto de suas lutas e vitórias no terreno de suas próprias reivindicações.

DIRETRIZES E BASES

O desarquivamento, em 1957, do anteprojeto das Diretrizes e Bases da Educação, que há 10 anos dormia nas gavetas da Câmara Federal, trouxe ao movimento estudantil brasileiro para nova e importante batalha: a da mudança do atual sistema educacional que, pelo seu arcabouço e

Reportagem de ZULEIKA ALAMBERT

inoperância, entra agora em choque agudo com o ritmo de desenvolvimento do país. A atual diretoria da UNE iniciou a luta esboçando os alunos, os seus pais e mestres sobre o conteúdo do projeto. Debateu-o em sucessivos seminários, mesas redondas e conferências. Criou uma Comissão de Estudos, que elaborou um parecer com 28 emendas devidamente justificadas, o qual foi enviado ao Parlamento.

Acompanhou os debates desenvolvidos no órgão competente da Câmara. E a primeira vitória foi alcançada: a última redação do projeto levou em conta muitas das sugestões apresentadas pelos estudantes, a exemplo do artigo 78, que concede direito de voto ao corpo discente no Conselho Universitário, nas Congregações e Conselhos Departamentais das Universidades e escolas superiores. A votação em separado dos artigos contrários à Escola pública constantes do projeto foi igualmente uma vitória dos estudantes. Contudo o projeto foi aprovado pela Câmara, sem que fossem recusados os referidos artigos, que têm os números 10, 58, 3 e 5. O projeto agora está no Senado, para onde se volta a atenção do movimento estudantil. Aderiram à luta 5.000 normalistas das escolas públicas do D. F., os estudantes paulistas, e as organizações estudantis recentemente representadas nos Conselhos da UNE e da UBES.

Para este ano nova greve geral está sendo articulada como resposta aos aumentos extorsivos, que em alguns colégios passaram de 100%.

O DIREITO DE COMER

Os sangrentos acontecimentos de dezembro último no Calabouço trouxeram à tona um velho e importante problema: a manutenção e ampliação dos atuais restaurantes estudantis, e a criação de novos, como auxílio ao estudante pobre que emigra do norte para estudar no Distrito Federal ou outros grandes centros do país. Disseminados por Salvador, Recife, B. Horizonte, Juiz de Fora, Porto Alegre, Curitiba e Distrito Federal (no D. F. só o Restaurante Central fornece 6.000 refeições diárias) encontram-se hoje bons restaurantes estudantis, mantidos pelos poderes públicos e administrados pelos próprios estudantes, e que formam comida dentro das normas da moderna dietética por preços meramente simbólicos. Tal é o resultado de uma luta contínua, que vai desde formas como as abluções assinadas dos estudantes paulistas, passando pela greve da fome dos alunos da Universidade Rural, até a recente resistência à polícia ocorrida no Calabouço. Recentemente, nova vitória foi alcançada. Após movimentada campanha, a UNE conseguiu liberar a verba para a instalação de 26 novos restaurantes em diferentes Estados.

ESTUDAR É PRIVILÉGIO DE RICO

"A grosso modo, poderíamos dizer que mais de 200.000 estudantes de nossos cursos secundários não apresentam condições para efetuar seus estudos como alunos contribuintes", declarou à imprensa o professor Gildardo Amado. Eis a razão por que a luta contra o aumento das taxas e anuidades escolares no início de cada ano letivo tornou-se uma tradição. Paralelamente a ela segue a luta permanente pelo pagamento e ampliação das verbas correspondentes às bolsas de estudo para os alunos pobres. Os estudantes respondem com passeatas, ou assembleias, memoriais, manifestos e greve geral à ofensiva dos mercadores de ensino e as verbas essenciais fornecidas pelo governo. No ano passado conseguiram reduzir em quase 30% as taxas já majoradas. E recentemente, após uma grande movimentação, que quase chegou à greve geral, os secundaristas, apoiados pelos universitários, conseguiram a liberação da verba de cem milhões de cruzeiros destinada ao pagamento das bolsas de estudo de 24.000 estudantes, que por falta de atendimento do governo estavam ameaçados de não prestar exames.

MORALIZAÇÃO DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA

Baseados no princípio de que "os Cargos públicos são acessíveis a todos os cidadãos, segundo o mérito de cada um", os estudantes têm desenvolvido importantes campanhas e obtido significativas vitórias na luta contra a corrupção administrativa e pelo regime de concursos. Com isso procuram defender os interesses de milhares de estudantes que anualmente procuram obter uma colocação pública à base desse tipo de seleção. O movimento que se iniciou em 56-57 teve um dos seus pontos altos com a formação da Comissão Pró-Moralização dos Concursos (CPMCP) que fez um estudo geral da situação dos diversos órgãos de administração pública federal neste setor. O primeiro caso enfrentado foi com o IBGE. Trinta comunicados oficiais da UNE foram publicados contra o



Nos congressos e manifestações, os estudantes defendem com entusiasmo as posturas de ensino público, e adoção de medidas que tornem possível o acesso de todos à escola.

"Império da corrupção no IBGE" com isso, a UNE conseguiu que fossem nomeados cerca de 300 interinos e nomeados 160 por concursos. A seguir, o novo aluno foi o DABP, onde 250 concursandos lutaram por nomeações enquanto era mantido igual número de interinos nos cargos de ex-enturados. Mais de 900 interinos foram demitidos e nomeados igual número de concursandos (Diário Oficial de 8-6-59). A UNE fiscalizou ainda diversos concursos como o de Serenites e Postalistas do DCT, para auxiliares de Acadêmicos no SAMDU para Caixa Econômica etc. Com sua ação moralizadora beneficiou cen-

teias de estudantes até então prejudicadas pelo regime de favoritismo e apadrinhamento.

FATORES DA VITÓRIA

Nas batalhas travadas os alunos foram sempre conquistados na medida em que as suas organizações marcharam unidas e souberam mobilizar a maioria dos estudantes para a ação. Ao contrário quando lutaram isoladas ou se restringiram às manifestações de cúpula, deixando à margem a massa estudantil, não foram bem sucedidas. Tal experiência ajudará os estudantes a resolver com êxito suas questões atuais e futuras.



A defesa da escola pública e a luta contra o aumento de anuidades pretendido pelos diretores dos colégios particulares concentra a atenção dos estudantes de todo o Brasil. Como em campanhas anteriores, a juventude escolar de todo o Brasil realiza grandes manifestações no sentido de impedir a aprovação das medidas antipopulares.

FORA COM O NEGOCISMO E O ENTREGUISMO DA COFAP E DA CACEX

O caso do feijão pode tomar agora um novo rumo. O Presidente da República aprovou e encaminhou para o Ministério da Justiça o parecer do Consultor Geral da República, sr. Antônio Gonçalves de Oliveira, sobre o relatório do Ministério do Trabalho, que responsabilizou, entre outros, os srs. Tosta Filho e Cel. Mindello pela negociação do feijão norte-americano importado pela COFAP. Recomenda o parecer que os implicados no crime, caso sejam denunciados pelo Ministério Público, sejam exonerados das funções que ocupam no Governo: O sr. Tosta Filho, da Direção da Carteira do Comércio Exterior do Banco do Brasil (CACEX), e o sr. Mindello, da Direção da Companhia Siderúrgica Nacional.

O sr. Tosta Filho e o Cel. Mindello, e mais seis acusados pela Comissão de Inquérito (srs. Renato Lamayer, Inspetor do DPPS; José Joaquim de Oliveira e Danilo Edson Duarte, funcionários da COFAP; Nircea Buesco, Antonio Lomelino e Georges Petrescu, da firma SOGEMA — ANASAE, à qual foi feita a compra do feijão) responderão, como autores e cúmplices, por quatro acusações básicas: a COFAP recusou comprar feijão em Goiás, para comprá-lo nos Estados Unidos; a compra foi feita sem concorrência pública; o preço aceito para o feijão é muito superior ao de mercado, nos Estados Unidos, na época, representando um prejuízo de cerca de Cr\$ 30 milhões para os cofres públicos, e tanto o sr. Tosta Filho como o Cel. Mindello tinham conhecimento desta diferença de preços; além de comprado a um preço irreal, o feijão foi negociado com firmas oficialmente consideradas indôneas, pelo que não é de se estranhar que a mercadoria tenha chegado em estado de putrefação ao Rio de Janeiro.

das altas funções que ocupam, uma vez que eles mesmos não têm brio bastante para, espontaneamente, solicitar sua demissão.

As páginas dos jornais do Recife e as discussões nas Câmaras Municipais e na Assembleia Legislativa estão cheias de referências e comentários apaixonados sobre os incidentes e as manobras dos engenheiros e empresários da região açucareira de Pernambuco.

As opiniões a respeito da origem das notícias são as mais contraditórias. Os autores do engano ou os usuários prejudicados atribuem a autoria dos incidentes aos membros das organizações dos trabalhadores — sindicatos ou associações de camponeses — mas com o intuito de atingir essas organizações do que de denunciar os lucratórios. Ao contrário, os comentários que partem do povo apontam como responsáveis os próprios plantadores de cana.

Diga-se, logo de início, que a ocorrência de incêndios em canaviais, no Estado, não pode ser considerada uma novidade. Desde os tempos do Brasil colônia que tais fatos são registrados. E as causas apontadas são as mais diversas. Quem se der ao trabalho de pesquisar em documentos e jornais do passado encontrará sempre indicações sobre as causas dos incêndios, ou mesmo apontadas sem nenhum fundamento. Alguns

mas constatações, indiscutíveis, podem, entretanto, ser apresentadas. Os plantadores, para apressar a moagem, às vezes tocam fogo no canavial. Assim foram o corte e obrigam o usineiro a recolher a cana. Isto é muito comum na época da safra. Os senhores de engenho procedem do mesmo modo, em condições semelhantes. Os usineiros e plantadores também costumam atear fogo no canavial para conseguir maior rendimento dos cortadores de cana, quando esta se

queima facilmente. Não são menos frequentes os incêndios originados pela combustão espontânea de detritos orgânicos. E há vezes em que a extinção, pelo fogo, de uma casa de marmelo tem provocado infortúnios e danos vultosos. Por outro lado, é certo que os cortadores de cana, com o objetivo de melhorar as condições de seu trabalho, queimam determinados trechos de canavial e nem sempre podem controlar a propagação do incêndio.

Não desconhecemos, de outra parte, que a situação dos trabalhadores do campo, dos terceiros, não é boa. A legislação trabalhista é letra morta. Não se paga o salário-mínimo. E o órfão e desempregado em toda a região canavieira. Os senhores de engenho fazem no meio da safra o que de hoje em dia os grandes proprietários de terra, quando os preços do marmelo estão altos, fazem com os seus empregados. Em tais condições, é lógico que os trabalhadores se sintam a vontade em desobedi-

ência, que vendem mais barato à população, conta com o apoio da Associação dos Vendedores Ambulantes e de inúmeros dirigentes sindicais petropolitanos. A população de Petrópolis, empenhada na campanha pela continuação do custo da vida, acompanha com interesse a luta dos feirantes e vendedores ambulantes contra as investidas do prefeito.

Feirantes De Petrópolis Contra Aumento De Impostos

PETROPOLIS (Do Correspondente) — A Associação dos Feirantes deste município fluminense, recentemente fundada, encontra-se em plena campanha contra as medidas antipopulares do prefeito Nelson Sá Earp, que elevou de maneira exorbitante o imposto de indústria e profissões, e move tenaz perseguição contra os feirantes. O justo movimento de protesto desses pequenos negociantes, que vendem mais barato à população, conta com o apoio da Associação dos Vendedores Ambulantes e de inúmeros dirigentes sindicais petropolitanos. A população de Petrópolis, empenhada na campanha pela continuação do custo da vida, acompanha com interesse a luta dos feirantes e vendedores ambulantes contra as investidas do prefeito.

de desespero individual, como forma de luta dos trabalhadores em defesa de seus direitos e pela conquista de suas reivindicações, são condenados pela experiência da classe operária. Revelam desprezo

Atitudes individualistas e de desespero refletem concepções pequenas e burguesas. A classe operária age sempre democraticamente, coletivamente, em defesa de seus interesses, sem necessidade de nenhum esvaldador.

Por tudo isso, as organizações do proletariado, em todos os níveis, repetem as formas de luta anarquistas e terroristas como prejudiciais à união e à organização dos trabalhadores das cidades e dos campos. Tais formas de luta são também prejudiciais à sociedade e, no caso que comentamos, à economia regional. Só podem partir de elementos desorientados ou de provocadores.

Incêndio Nos Canaviais

DAVID CAPISTRANO

forma difícil de colher, por não ter sido rapinada, o terreno ser acidentado, etc. E é dessa forma que procuram justificar perante os assalariados, jornadas de 16 horas de serviço. Outros vezes, mas raras, os incêndios são provocados pelas fugitivas das locomotivas das linhas férreas das praias e mesmo por uma simples ponta de cigarro, já que a palha seca de cana

outra parte, que a situação dos trabalhadores do campo, dos terceiros, não é boa. A legislação trabalhista é letra morta. Não se paga o salário-mínimo. E o órfão e desempregado em toda a região canavieira. Os senhores de engenho fazem no meio da safra o que de hoje em dia os grandes proprietários de terra, quando os preços do marmelo estão altos, fazem com os seus empregados. Em tais condições, é lógico que os trabalhadores se sintam a vontade em desobedi-

ência, que vendem mais barato à população, conta com o apoio da Associação dos Vendedores Ambulantes e de inúmeros dirigentes sindicais petropolitanos. A população de Petrópolis, empenhada na campanha pela continuação do custo da vida, acompanha com interesse a luta dos feirantes e vendedores ambulantes contra as investidas do prefeito.

Consolida-se no Equador a Frente Anticonservadora

QUITO (Correspondência especial) — Os dirigentes dos Partidos Socialista, Comunista e Cepepista, Guillermo Jaramillo, Pedro Saad e Carlos Guevara Moreno, exatamente oito dias após a estruturação, em Riobamba, da Frente Nacional Anticonservadora, reuniram-se novamente em Quito.

As resoluções de Quito repercutiram por todo o país e levantaram uma onda de comentários da opinião pública, que vê na FNA o único instrumento capaz de deter a reação conservadora social-cristã, que aumentou a miséria do povo e levou o país a uma crise profunda.

Todos os órgãos de propaganda das oligarquias e setores feudais desentendaram, ao mesmo tempo, uma campanha de ódio e calúnia contra a FNA, líder da luta antifeudal e antiimperialista.

PROGRAMA UNIDO

Os dirigentes Saad, Jaramillo e Guevara emitiram, após oito horas de entendimentos, um comunicado conjunto à imprensa, compreendendo os seguintes pontos:

1. Ratificação das resoluções de Riobamba, local onde se formou a FNA.
2. Formação de comissões conjuntas dos três Partidos, para que elaborem um projeto de Programa da Unidade Anticonservadora, a ser aprovado definitivamente pelos Secretários-Gerais das três organizações.
3. Os dirigentes Guillermo Jaramillo, Carlos Guevara e Pedro Saad desistem, desde já, de suas possíveis candidaturas à presidência e vice-presidência da República, nas eleições de 1.º de junho deste ano.
4. Combate às candidaturas de Galo Plaza Lasso e José María Velasco Ibarra, porque representam interesses contrários aos do povo equatoriano.
5. Manifestação ao povo que foram iniciados entendimentos sobre as candidaturas que a Unidade Anticonservadora deverá apoiar, as quais serão indicadas unanimemente pelos três Partidos.
6. Novas reuniões para continuar a examinar e decidir sobre os diferentes aspectos da campanha.

SEPARAÇÃO DOS CAMPOS

Apesar de ter sido convidado, o Partido Liberal recusou-se a participar da Unidade Anticonservadora, já que está empenhado na candidatura de Galo Plaza,

NOVOS RUMOS consulta seus leitores

Na consulta que estamos fazendo diretamente aos nossos leitores, estão marcadas para os próximos dias as seguintes reuniões:

NO DISTRITO FEDERAL.
Dia 12 — No Centro de Interesses Coletivos, à Rua Cardoso de Moraes, 598, 1.º andar (Ramos), às 20 horas, para os leitores da zona da Leopoldina.

Dia 13 — No Centro Democrático e Progressista de Piedade, à Rua Manuel Vitorino, 905, às 20 horas, para os leitores da zona da Central do Brasil.

Dia 16 — Na Rua Senador Pompeu, 123, às 19 horas, para os leitores da orla marítima.

EM SÃO PAULO
Dia 12 — Em Campinas, Avenida Campos Sales esquina com Avenida Francisco Glicério, 1.º andar, às 20 horas.

Dia 13 — Em Jundiaí, à Rua da Várzea, 771, às 20 horas.
Dia 14 — Em Santos, na Sursul de NOVOS RUMOS, Rua do Comércio, 9, 2.º andar.

latifundiário notório que, quando presidente da República, entregou o país aos Serviços Cooperativos Inter-americanos e subscreveu o Pacto Bilateral de Ajuda Mútua com os Estados Unidos, ligando o Equador à política agressiva do imperialismo.

A reunião de Quito foi encerrada com uma grande

concentração de massas na Praça da Vitória, tendo representantes dos três partidos fustigado energeticamente o atual regime conservador, assim como os candidatos Galo Plaza e Velasco Ibarra. Foi também calorosamente ratificada a declaração de Riobamba, que divulgamos na integra.

DECLARAÇÃO DE RIOBAMBA

«Havendo se reunido na cidade de Riobamba, a convite da Unidade Democrática Anticonservadora de Chimborazo o doutor Guillermo Jaramillo Larrea, Secretário Geral do Partido Socialista Equatoriano; o doutor Carlos Guevara Moreno, Diretor Nacional da Concentração de Forças Populares, e o dr. Pedro Saad, Secretário Geral do Partido Comunista do Equador, examinaram as condições de profunda crise em que vive o povo equatoriano, vítima da exploração de grupos oligárquicos e feudais, crise que se agravou sob o predomínio do Partido Conservador, o social-cristianismo e suas forças afins.

«Concluíram, após essa análise, pela necessidade de formar uma ampla unidade democrática anticonservadora, que reúna todos os equatorianos que almejem a transformação da vida nacional de acordo com normas que garantam o desenvolvimento econômico do país, o melhoramento da vida do povo, a realização de uma reforma agrária democrática que destrua o latifúndio e entregue a terra a quem a trabalhe, o pleno respeito a todos os direitos humanos, particularmente os sindicais, o fortalecimento das instituições democráticas e a defesa da soberania nacional, para o que é indispensável pôr fim ao domínio exercido pelos dois grupos oligárquicos e feudais que mantêm o atraso do país.

«Concordaram, também, em continuar a examinar todas as questões relativas à formação da Unidade Democrática Anticonservadora, adotando as medidas práticas necessárias a esse objetivo, entre as quais a elaboração de um programa de unidade e a seleção de candidatos para as próximas eleições de junho de 1960, a qual deverá ser feita de acordo com todos os partidos integrantes da Unidade.

«Os dirigentes dos Partidos Socialistas, Concentração de Forças Populares e Comunista fazem, por isso, novo apelo ao Partido Liberal Radical Equatoriano para que abandone a errônea posição antiunitária de sua Junta Suprema; a todos os cidadãos independentes, que amam a liberdade e o progresso; o aos equatorianos de consciência democrática, para que se unam estreitamente na luta contra o domínio exercido pelos inimigos do povo, que hoje detêm o poder político e econômico.

Riobamba, 10 de janeiro de 1960.
(a.) Guillermo Jaramillo Larrea, Secretário Geral do Partido Socialista Equatoriano;
Carlos Guevara Moreno, Diretor Nacional da C.F.P.;
Pedro A. Saad, Secretário Geral do Partido Comunista do Equador.

Policiais dos EUA ditam...

(Conclusão da 3.ª Pag.)

de relações entre chefes de Estado.

Assim, por exemplo, e que os esbirros norte-americanos revogaram a decisão do Governo de hospedar Eisenhower no Palácio das Laranjeiras ou numa residência brasileira, o que seria o

Luta pela...

(Conclusão da 2.ª Página)

vêrno dos Estados Unidos por seu apoio ao colonialismo francês.

FORA COM O IMPERIALISMO

A Conferência aprovou, entre outras uma resolução geral sobre a necessidade de expulsar o imperialismo da África mediante a unidade do povo africano. A resolução manifestou a satisfação dos povos africanos pela independência do Camerum, Togo, Gâmbia, Nigéria, Somália e Congo, obtidas durante este ano, e a solidariedade para com a luta dos povos oprimidos de Ruanda Urundi, Tanganica, Angola e outros países e povos vítimas da exploração e da discriminação racial por toda a África.

A resolução apela a todos os povos africanos ao sentido de ações imediatas e incondicionais para a evacuação de todas as forças estrangeiras de agressão e opressão estabelecidas na África; declara a necessidade absoluta de resistir mais resolutamente contra a coalizão imperialista e libertar rapidamente todos os povos dependentes da opressão estrangeira, a coordenar e unir todos os esforços dos povos africanos, e recomendar a cooperação entre os Estados africanos no interesse de seus povos.

Foi também realçada a importância da cooperação econômica entre os países africanos para sua libertação completa do imperialismo e a necessidade da unidade política como arma de defesa dos povos da África.

normal, já que o Presidente norte-americano será hospedeiro do Brasil, Entretanto, os tiras do FBI, alegando falta de segurança em qualquer local que fosse indicado pelo nosso Governo, decidiram que Eisenhower ficaria hospedado na casa do embaixador norte-americano — oficialmente território dos Estados Unidos. Ali está uma verdadeira afronta à soberania do país.

Os esbirros Iniques estão também decidindo soberanamente sobre as pessoas que estarão ou não presentes às solenidades de que participe Eisenhower. Várias pessoas que seriam convidadas tiveram os seus nomes vetados pelo FBI. E para estes vetos não há recurso.

Os policiais norte-americanos constituem uma verdadeira enxurrada em nosso país. Para se ter uma ideia do que isto representa basta o seguinte: 400 tiras Iniques estão seguindo para Brasília prontos para cercar Eisenhower no círculo de aço de suas metralhadoras.

O Governo brasileiro, que tanto fala em liberdade e respeito à condição de "retaguarda" "incaerterística", humilha-se diante dos policiais norte-americanos como se fôssemos uma simples colônia africana.

FALECEU WANFRIDO PREVID

CURITIBA (Da Correspondente) — Vítima de um derrame cerebral, faleceu a 30 de dezembro, nesta cidade, Wanfrido Previd, elemento do vanguarda nas lutas do povo paranaense desde 1935. Membro de tradicional família de lutadores pelas causas populares, Wanfrido Previd tornou-se grande divulgador da imprensa democrática e participou de todas as lutas nacionalistas em que esteve empenhado nosso povo nos últimos anos. Centenas de pessoas acompanharam o enterro de Wanfrido Previd.



A sistemática repressão policial com que o governo de Arturo Frondizi tem enfrentado os movimentos grevistas e populares contrários à sua política de submissão às imposições do imperialismo ianque, de elevação continuada do custo de vida e de redução dos salários, não tem sido capaz de impedir que tais movimentos se repitam com frequência e se alastrem por todo o país. Na foto, aspecto de grandiosa manifestação unitária de estudantes e operários, realizada a pouco depois da posse de Frondizi, quando ele anunciava a adoção da chamada "política de austeridade" contra o povo, aconselhada pelo Fundo Monetário Internacional.

Na Argentina de Frondizi e Alsogaray

Cresce a Revolta Popular Contra a Política do FMI

Suadem-se na Argentina as greves operárias e os movimentos de massa contra a carestia, pelo aumento dos salários e contra a política econômica e financeira do governo, ainda mais submetida à "orientação" do Fundo Monetário Internacional desde a nomeação de Alvarez Alsogaray (cognominado Essogary por sua dedicação aos monopólios norte-americanos) para o Ministério da Economia. Pode-se afirmar não haver corporação ou setor da população que não esteja lutando hoje ou que não haja travado, recentemente, lutas análogas às que nestes dias ocorrem, todas elas não só em defesa de seus salários e demais reivindicações específicas como também em prol da economia e da soberania nacional, desde que o governo de Frondizi resolveu substituir o programa

democrático e progressista que lhe deu a vitória eleitoral a 23 de fevereiro de 1958 por outro, recebido de Wall Street, tão logo assumiu a presidência.

Depois de firmar os contratos de entrega das riquezas petrolíferas aos monopólios estrangeiros, o governo se dispôs a impor ao povo argentino o "plano de estabilização e desenvolvimento" ditado pelo Fundo Monetário Internacional, orientação que está semeando a miséria, a desnutrição e o desemprego entre as massas trabalhadoras, ao mesmo tempo em que desmantela a indústria nacional para colocar o país a serviço da "livre empresa" dos monopólios estrangeiros, principalmente norte-americanos, associados, no saque, ao reduzido grupo da oligarquia latifundiária, do grande capital e de seus agentes nativos.

caso de polícia e que bastaria pôr o comunismo fora da lei para acabar com ele Frondizi, por sua vez, há precisamente um ano, durante combativa greve operária, reprimida com tanques do exército, interditou as sedes do Partido Comunista, seu diário, "La Hora", e outros órgãos democráticos.

REAÇÃO DA JUSTIÇA

Embora o governo deseje que os tribunais de justiça resolvam rapidamente a dissolução do Partido, a tramitação do processo nesta capital e em várias províncias marcha muito lentamente e em vários casos os juizes se negam a desconhecer a personalidade política dos comunistas, em virtude da pressão da opinião pública que julga que, se o Poder Executivo lograr seus propósitos, mais da metade da população do país — comunistas e peronistas — estaria privada de eleger e de ser eleito, consumando-se, assim, a fraude mais colossal da história política da república.

Nestas condições difíceis, ao mesmo tempo em que se defende na justiça, o Partido denuncia a ilegalidade da ação governamental e se prepara para participar das próximas eleições, graças ao registro que lhe foi concedido pela legislação vigente.

A ação do Partido é, por um lado, apoiada pelas massas e, por outro lado, pelos juizes democratas, que se negam a pôr em prática as medidas reacionárias e arbitrarias de Frondizi. Só em Buenos Aires, 150 mil pessoas assinaram um memorial exigindo a legalidade para o Partido Comunista. Por todo o país estende-se a campanha popular visando a participação anti-imperialista e democrática nas próximas eleições.

No seio da justiça argentina não foi melhor a sorte do governo de Frondizi. Em todas as províncias ficou clara a posição dos juizes de não aceitar as acusações governamentais de que o Partido Comunista Argentino dependia de organizações estrangeiras, realizava "atividades subversivas" e recebia "fundos ilegais". A justiça eleitoral das províncias de Entre Rios e La Pampa, por exemplo,

Agora, segundo declarações de Alsogaray, o Poder Executivo promove processos judiciais contra o Partido Comunista a fim de privá-lo de seu registro eleitoral e declará-lo dissolvido, impedindo, assim, sua participação nas próximas eleições de março para renovação de parte do parlamento.

afirmaram que o Partido Comunista é um partido político nacional e era impossível a justiça dissolvê-lo. Pelos mesmos motivos, a provocação de Frondizi e Alsogaray não foi aceita pela justiça eleitoral de Buenos Aires, Córdoba e Catamarca.

A despeito das decisões judiciais, o governo de Frondizi continua perpetrando atentados contra peronistas e comunistas, fechando sedes do Partido e impedindo o registro de seus candidatos, na esperança de evitar, nas próximas eleições, as sucessivas derrotas que vem sofrendo nos pleitos municipais.

FARSA JUDICIAL CONTRA JULIETA CAMPUSANO

A dirigente comunista Julieta Campusano, membro do Comitê Central e da Comissão Política do Partido Comunista do Chile, vítima de um processo judicial falsificado pelo governo de Alessandri, foi condenada a 541 dias de prisão num longínquo lugarjo do norte do país, entregue a facinoras policiais da pior espécie. Julieta Campusano, ao voltar de uma viagem política a cidades do interior, foi preso e processado, alegando a polícia que teria insultado o presidente Alessandri, em discurso feito numa localidade do norte do país. Instaurado o processo o governo tratou de fabricar falsas testemunhas e inventar provas, lembrando o processo, com a sentença condenatória previamente fabricada, cresce a oposição popular, abrangendo inclusive setores políticos conservadores, contra esta violação das liberdades democráticas e constitucionais do Chile.

MISÉRIA E OPULÊNCIA

Pouco depois de entrar em vigência esse "plano" de "austeridade e sacrifício", o nível de vida do povo trabalhador baixou em cerca de 50%, agravando-se a situação com o aumento constante da carestia, acompanhada pelo dilúvio da alta de preços, decretada no começo deste ano sobre a maior parte dos serviços e artigos de primeira necessidade.

Pode-se afirmar que, neste século, as condições de vida dos trabalhadores argentinos tornaram-se tão difíceis e nunca o grau de exploração foi maior.

Isto explica o desencadamento das lutas dos trabalhadores e dos setores populares agredidos por esse "plano", que teve, em contrapartida, a virtude de fazer registrar, nos últimos balanços de

ESCÂRNIO AO POVO

Desde meados do ano passado que Alvaro Alsogaray, agente de consórcios internacionais, à frente de um grupo de grandes negociantes, foi feito dirigente supremo não só dos dois ministérios que ocupa — Economia e Trabalho — como também árbitro de questões militares e de política interna e exterior.

Para maior escárnio a vontade popular, esse mi-

nistro de muitas pastas dirige um minúsculo partido político que, nas eleições presidenciais, defendendo o lema da "livre empresa", obteve uma quantidade insignificante de votos, mas seu "programa", derrotado nas urnas, é aplicado agora oficialmente.

Recentemente, Alsogaray declarou que a questão social era um simples

Congresso do PCI aprova nova política

Partido Nacional, Democrático e Unitário

Reuniu-se em Roma, de 28 de janeiro a 7 de fevereiro, o IX Congresso do Partido Comunista Italiano. Mais de mil delegados de todo o país, assim como representantes dos partidos irmãos de numerosos países assistiram à manifestação, ao fim da qual foram aprovadas as teses apresentadas pelo Comitê Central.

Reproduzimos abaixo trechos do capítulo final do documento. Os subtítulos são de responsabilidade da redação.

Um partido moderno da classe operária e do povo deve apresentar-se em cada momento de sua atividade com a sua verdadeira feição de partido nacional, democrático e unitário.

O PCI, fraternalmente ligado ao movimento operário comunista internacional pela comunhão da teoria marxista-leninista e dos ideais comunistas e pela vitoriosa experiência acumulada em mais de quarenta anos de lutas comuns, é um partido nacional, autônomo na sua decisão política, capaz em cada ocasião de exprimir e defender os interesses nacionais do povo italiano.

O PCI é um partido democrático, que luta para conquistar a maioria do povo para um programa de renovação democrática e desta maneira conduzir o povo italiano, vencendo a resistência das camadas privilegiadas, a construção de uma sociedade socialista.

O PCI é um partido unitário, que luta pela unidade da classe operária, pelo entendimento de todos os partidos democráticos, para alcançar, contra as discriminações e o facciosismo, em um clima de tolerância civil, a união do povo italiano.

Vanguarda consciente e organizada da classe operária e dos trabalhadores, o PCI baseia a sua iniciativa no conhecimento aprofundado dos problemas da realidade italiana, tal qual se formou historicamente, e se apresenta como uma força política capaz de afirmar em todos os campos a hegemonia da classe operária como nova classe dirigente nacional.

SOBRE COMBATE AO REVISIONISMO E AO SECTARISMO

Condição para que o partido dê o necessário novo salto para a frente é a luta por uma plena unidade política nas suas fileiras.

Batido politicamente dentro do partido, o revisionismo continua sendo o perigo principal no movimento operário, porque, diante dos problemas novos, colocados pelos desenvolvimentos mais recentes da sociedade, indica soluções que obscurecem as perspec-

tivas da luta revolucionária pelo socialismo, visam a dividir a classe operária e arrastá-la, em condições subalternas, atrás dos grupos da burguesia.

A fim de combater e vencer o revisionismo no movimento operário, é, porém, necessário que o partido comunista saiba reconhecer, enfrentar e resolver os problemas novos postos pelo desenvolvimento da luta de classes e pela vida nacional nas condições modernas. Para isto, o partido deve libertar-se inteiramente dos estorvos do dogmatismo e do sectarismo. Estes se exprimem no empobrecimento da capacidade de pesquisa original e de elaboração criadora da teoria marxista-leninista, nas manifestações de fossilização burocrática, na restrição das formas de vida democrática, no esquematismo da atividade política e de direção. Seja como manifestações de primitivismo político e organizativo, que refletem particulares condições do ambiente, determinadas pelo desenvolvimento histórico do movimento operário italiano, seja sob a forma de dogmatismo e esquematismo, de incompreensões e resistências às posições políticas do VIII Congresso, o sectarismo permanece hoje no partido como o principal obstáculo para uma plena realização da nossa linha política. É necessário, por conseguinte, desenvolver uma luta política consequente e uma constante ação educativa contra o sectarismo, superando decididamente toda forma de indulgência e conciliação.

Ao mesmo tempo, deve-se lutar contra tendências e resistências de tipo reformista, que se exprimem em manifestações várias de economismo, de corporativismo e de municipalismo, e na renúncia a desenvolver as lutas pelas reformas de estrutura. Reformismo e sectarismo na prática convergem para posições conservadoras e passivas, tornando mais difícil o desenvolvimento consequente da política de renovação estrutural necessária para avançar sobre o caminho italiano para o socialismo.

O próprio debate dentro do partido, que se desenvolveu com amplitude e espírito democrático, deixou subsistir reticências e si-

lêncios, que são expressão de incertezas e resistências políticas. Será necessário, por isso, que uma rica vida democrática assegure, através de um claro debate político, a aplicação sem reservas por parte de todos os companheiros das decisões tomadas coletivamente, de acordo com o hábito comunista e os princípios do centralismo democrático.

A NECESSIDADE DA VIDA DEMOCRÁTICA DENTRO DO PARTIDO

O partido pode manter e aumentar o seu caráter de partido de massa, e tornar permanente e operante a adesão dos novos inscritos, se consegue educá-los política e ideologicamente.

todo militante comunista deve trazer a sua contribuição de atividade à própria organização de base. Mas o desenvolvimento de um mais amplo ativismo de partido exige que sejam decididamente combatidas todas as formas de direção burocrática ou paternalista, que matam a responsabilidade dos militantes, limitam a sua educação política e levam a uma contínua restrição do círculo dos companheiros ativos.

A AÇÃO DOS COMUNISTAS NAS ORGANIZAÇÕES DE MASSA

Toda organização do partido deve levar a efeito diretamente uma ação política de massa, deve se tor-



nar um centro de iniciativa política, de mobilização utilitária e de vinculação com as outras forças democráticas.

Sem uma ação política de massas, a propaganda e a organização perdem o seu alimento vital e terminam reduzindo-se a um ativismo genérico e politicamente estéril. Com demasiada frequência, uma propaganda genérica dos nossos ideais e uma atividade organizativa interna, não nutridas de uma incessante iniciativa política e de uma ação de massa, conduzem ao isolamento do partido e a uma estagnação política, interrompida periodicamente pela participação nas lutas eleitorais. Tais lutas não podem representar as únicas ocasiões de mobilização

política, se não se quer transformar o partido numa organização eleitoral.

É indispensável, antes de tudo, que toda organização do partido promova a participação ativa dos militantes comunistas nas organizações de massa, nos sindicatos, nas associações camponesas, nas cooperativas, nos movimentos democráticos, patrióticos, femininos, juvenis, culturais, recreativos. É tarefa de toda célula e de toda seção convencer cada inscrito a cumprir este elemento de dever democrático, a desenvolver com tal objetivo uma ação ininterrupta de orientação, de estímulo, de controle. Em todas as lutas, econômicas e políticas, os comunistas devem ser os melhores combatentes e dar provas de coragem e de espírito de sacrifício.

Os comunistas são convictos defensores da autonomia de todas as associações de massa. Eles participam da vida destas associações para concorrer democraticamente, junto com todos os associados, a fim de fixar a sua linha de ação requerida pela realização dos fins estatutários, nos diversos momentos e de acordo com as várias necessidades; esforçam-se, em particular, para desenvolver nas associações de massa a mais ampla democracia, para lutar contra os métodos de direção burocrática de cima, para encontrar e desenvolver as formas de vida democrática (eleições, assembleias, prestação de contas da administração, referendums, debates), que favoreçam a máxima participação dos associados na determinação da ação social.

Além de estarem presentes em todas as associações de massa, os comunistas devem ter, como partido, sobre todos os problemas da vida política, econômica, cultural da nação, uma iniciativa própria e autônoma para afirmar, uma linha a sustentar, que pode mesmo diferenciar-se daquela seguida pelas associações de massa, que é a resultante da vontade unitária de todos os inscritos dessas associações. Em cada questão que interessa à população, o partido deve dizer a sua palavra, dirigir-se diretamente a todos os trabalhadores, vincular explicitamente as lutas particulares e agitações à batalha geral pela renovação do país, e desenvolver, assim, sobre a base desta experiência de massa, uma atividade de propaganda capaz de acompanhar da necessária agitação das reivindicações imediatas um plano de trabalho de educação política e ideológica.

Teoria e prática

A CLASSE OPERÁRIA E O NACIONALISMO

Reproduzimos abaixo o tópico do manual FUNDAMENTOS DO MARXISMO-LENINISMO, recentemente editado na União Soviética, a propósito do nacionalismo nos países que lutam contra a opressão imperialista. O título do tópico é «A classe operária e o nacionalismo contemporâneo» e diz o seguinte:

«A luta nos povos das colônias, nas condições atuais, trava-se frequentemente sob a bandeira do nacionalismo. Nesse sentido, os serviços do imperialismo afirmam, enganosamente, que os comunistas apoiam a luta de libertação dos povos coloniais apenas por motivos de ordem tática. Sendo internacionalistas — dizem — os comunistas, não podem encerrar com simpatia as aspirações nacionais dos povos da Ásia e da África.

Tais elucubrações são falsas do começo ao fim. Os partidários do colonialismo procuram, em seu próprio benefício, levar a confusão ao problema, que é bastante claro, acerca de quem são os amigos e os inimigos do movimento de libertação nacional.

O marxismo-leninismo colocou-se diante do nacionalismo, como de todos os problemas da vida social, num ponto-de-vista histórico-concreto, tendo em conta os interesses do progresso social. V. I. Lênin manifestou-se reiteradamente contra a concepção abstrata acerca do nacionalismo, e antes de tudo contra a confusão entre o nacionalismo das nações oprimidas e o das nações opressoras.

Uma coisa são os Estados Imperialistas, como os EUA, a Inglaterra, a França, etc. Neste caso o nacionalismo burguês tornou-se a bandeira do exclusivismo nacional, da discriminação racial e do chauvinismo belicoso. Ele serve à burguesia monopolista para a escravização de outras nações. Os comunistas, como internacionalistas proletários, são irreconciliavelmente hostis a este nacionalismo reacionário e colonizador.

Outra coisa é o nacionalismo das povos das nações coloniais e dependentes. Neste nacionalismo, em regra, se refletem o sadio democratismo do movimento nacional-libertador, o protesto das massas contra a opressão imperialista e suas aspirações à independência nacional e às transformações sociais. Era isto que Lênin tinha em vista quando escreveu: «Em todo nacionalismo burguês das nações oprimidas há um conteúdo democrático geral contra a opressão, e este conteúdo nós apoiamos incondicionalmente...»

É deste tipo, em regra geral, o nacionalismo dos povos da Ásia e da África de nossos dias. Este nacionalismo das nações oprimidas luta contra os seus escravizadores e por sua independência econômica e política. Ele se manifesta nos países onde, em sua maioria, apenas começam a se formar os vínculos nacionais e onde a burguesia, em massa, é ainda capaz, em determinadas condições, de desempenhar um papel histórico progressista. Assinalando as suas peculiaridades, V. I. Lênin escreveu: «Decompõe-se a burguesia ocidental, diante da qual se encontra o seu covelo: o proletariado. Mas na Ásia há ainda uma burguesia capaz de expressar uma democracia verdadeira, combativa e consequente, firme companheira dos grandes pregadores e das grandes personalidades de fins do século XVIII na França.

O principal representante ou a principal base social da burguesia asiática capaz ainda de um papel historicamente progressista é o campesinato.

A formação das nações e da consciência nacional nos países da Ásia e da África se processa em luta contra o imperialismo e o feudalismo, conduz ao despertar das massas de sua consciência secular, à luta contra o colonialismo, o atraso e a reação. Tudo isto impregna o nacionalismo do Oriente atual de um conteúdo democrático e progressista. Para milhões de camponeses, em particular, a consciência nacional constitui o passo inicial da consciência anticolonialista.

É claro que os comunistas apoiam o nacionalismo na medida e até o momento em que ele serve à causa da conquista da liberdade nacional, da vitória sobre o imperialismo e o feudalismo e ao despertar, nas massas, do sentimento da própria dignidade, que é pisoteado e esmagado pelos opressores. Nenhuma tentativa de utilizar o nacionalismo para fins reacionários, como instrumento de egoísmo nacional e da submissão de outros povos, ou para a luta contra as justas reivindicações das massas populares, pode encontrar a simpatia dos comunistas.

HISTÓRIA DO MOVIMENTO OPERÁRIO

(LI)

A CLASSE OPERÁRIA EXIGE UMA NOVA INTERNACIONAL

Com o capítulo publicado no último número de NOVOS RUMOS, encerramos o apanhado histórico dos aspectos e formas particulares que assumiu, nos principais países capitalistas, a etapa relativamente pacífica de 1871 a 1914. Agora é possível, — e também necessário, — dar mais um passo no estudo cheio de ricos ensinamentos desta importante etapa do movimento operário internacional, voltando a encará-la em seu todo, em suas relações internas, de conjunto.

Como o próprio leitor terá podido verificar, ela se caracterizou, em seu aspecto mais geral, pela possibilidade de que teve o regime capitalista, vitorioso sobre o feudalismo, de desenvolver-se, relativamente, do modo mais tranquilo e desimpedido, estendendo-se «pacíficamente» às regiões ainda imensas de terras desocupadas e de países não de todo arrastados ao turbilhão capitalista» (Lênin, em seu «Prefácio» ao folheto «A economia mundial e o im-

perialismo», de Bukharin). Prosseguiu, com efeito, durante aqueles anos, o desenvolvimento industrial, que assumiu ritmos vertiginosos em países como os Estados Unidos e a Alemanha; expandiram-se as trocas tanto dentro de cada país capitalista como entre eles, indo espalhar-se nos mais remotos confins das colônias e semicolônias; avançou com rapidez o processo de concentração da produção e do capital; amadureceram, em suma, as premissas para a passagem do capitalismo à fase imperialista, à fase em que ele se transforma, no dizer de Lênin, «em sistema mundial de escravização financeira e de subjugação colonial da maioria da população do globo terrestre por um punhado de países «avançados»».

Tal época não podia deixar de ser simultaneamente, é claro, uma época de agravamento, nas profundezas da vida social, de todas as contradições inerentes ao capitalismo. Marx e Engels compre-

deram os traços essenciais da nova complexa situação internacional que se ia criando e consideraram, por isso mesmo, que para o proletariado se abria, pela própria força das condições objetivas, um período de acumulação lenta de forças, de lenta aproximação até ao novo ponto de partida da revolução social. Previram que a classe operária internacional, premeida em todos os países, pela exploração unânime e crescente de uma única e mesma classe inimiga, daria novos passos na formação e assimilação de sua consciência social independente, de sua teoria revolucionária e que logo encontraria uma forma nova para a organização de sua luta necessariamente internacional.

O caminho percorrido nesse sentido, de início, foi o antevisto pela gloriosa I Internacional no próprio instante em que desaparecia: a criação de partidos operários, social-democratas ou socialistas, nos diferentes países. Assim foi na Alemanha, em 1875, com a fusão dos «de Eisenach», com os lassalleanos; nos Estados Unidos, em 1876; na França, em 1879; na Inglaterra, em 1884. E ainda em 1882, na Itália; em 1888, na Austrália; e, — por surpreendente que pareça, — em 1878, no México. Ao mesmo tempo, como nos recordamos, o movimento operário no terreno sindical, cooperativo, etc., foi ganhando, em conjunto, crescente impulso e incremento, dentro das fronteiras de cada país.

Nos últimos anos do decênio de 80 do século passado, começa a manifestar-se reiteradamente, em vários congressos operários de diferente natureza, a exigência cada vez mais firme da organização de uma nova Internacional. O grande problema, pela segunda vez, ganhava corpo e buscava impor-se como ponto primelro da ordem-do-dia do movimento proletário. Para a corrente marxista, revolucionária, desse movimento, — representada principalmente pela social-democracia alemã em franca ascensão, por seus chefes A. Bebel e W. Liebknecht, e pelos socialistas franceses, vanguardados por J. Guesde e P. Lafargue, — tratava-se de agir com rapidez e espírito de decisão: a alta opor-

tunista do movimento internacional, com efeito, — encabeçada pelos possibilistas franceses e pelos social-democratas ingleses (com o nosso tristemente conhecido Hyndman à frente), — ameaçava tomar a dianteira e fundar uma Internacional espúria, comprometida por sua nefasta hegemonia.

Engels, atento, como sempre, ao desenrolar dos acontecimentos, não tinha nenhuma dúvida de que o marxismo militante dispunha de posições mais sólidas para enfrentar o embate que se avizinhava. Mas não ignorava também, — como bem há de ter presente o leitor, — que havia no campo marxista sérias incompreensões a respeito da unidade do movimento operário, tendências conciliacionistas que se manifestariam por exemplo, com o afã de unir a qualquer preço marxistas e possibilistas... Engels, da Inglaterra, através de um sem número de cartas, procurou ajudar ao máximo os seus discípulos,

mostrando-lhes que era preciso manterem-se em posição de princípio, ser firmes, dar prova de real sentido da organização.

Graças, em boa parte, a esses esforços do grande dirigente proletário, os socialistas e sindicalistas franceses, reunidos em 1888 em seus respectivos congressos, delegaram poderes aos marxistas franceses (guesdistas) para, juntamente com representantes da social-democracia alemã, convocarem um congresso socialista internacional a realizar-se em Paris no ano seguinte, 1889.

Era, sem sombra de dúvida, uma primeira vitória importante para a ala marxista do movimento operário mundial. Logo, entretanto, uma nuvem escura surgiu no horizonte: a confusão dos sindicatos ingleses e possibilistas... Engels, da Inglaterra, através de um sem número de cartas, procurou ajudar ao máximo os seus discípulos,

O Escândalo da Port of Pará João Neves Da Fontoura Ajudou o Assalto Aos Cofres Da Nação

A apresentação na Câmara Federal, pelo deputado José Bonifácio, de um Projeto revogando a autorização dada por aquela Casa ao Executivo, para que este submetta a arbitramento Internacional a pendência entre a União e os acionistas da "Companhia Port of Pará", da Estrada de Ferro São Paulo-Rio Grande e da Estrada de Ferro Vitória-Minas, promete tornar-se uma saída digna, para o Brasil, neste triste caso que a imprensa se habituou a chamar de "escândalo da Port of Pará". O Projeto foi apresentado no último dia 3 e,

mesmo não recebendo a rápida aprovação que lhe esperava o seu autor, ele coloca o Governo na obrigação de paralisar o andamento da arbitragem em questão.

PRESSÃO FRANCESA

Fica assim sustada, mais uma vez, a realização prática de uma trama que há vinte anos vem sendo tentada pelo Governo francês, por meio de uma pressão constante, ajudada, insistentemente sobre o Brasil, com a cumplicidade mais ou menos ostensiva do Itamarati. Na reportagem que publica-

mos na semana passada, sobre o assunto, vimos como as ações de uma companhia norte-americana, a "Port of Pará", foram cair nas mãos de especuladores da Bolsa de Paris. A companhia, desde 1921, está acionada pelo Governo brasileiro, que reclama um total de 25 mil contos-ouro, que ela recebeu indevidamente dos cofres da União. Em consequência disso, as ações da Companhia se aviltaram, e foram adquiridas por grupos de negócios franceses, com a esperança de que, por pressão do Governo de Paris, onde tinham e têm influência, conseguiriam levar o Governo brasileiro a esquecer o passado e, mais do que isso, dar à Companhia uma vultosa indenização.

consentiu na inclusão de um Artigo 9º dizendo: "O Governo brasileiro ratifica os compromissos assumidos (...) de entrar em negociações com a Companhia do Porto do Pará, com o fim de obter a liquidação amigável dos interesses desta companhia e de proceder a um exame das medidas adotadas em relação às filiais da "Brazil Railways Company" com o objetivo de negociar a compra amigável desta empresa".

Ficou aí caracterizada, pela primeira vez, em documento oficial, a cumplicidade do Itamarati para com um ato de franco atentado à soberania nacional. O Governo francês, por um lado, nada tem a ver juridicamente com os interesses de uma empresa norte-americana (Port of Pará) e de outra belga (Brazil Railways) no Brasil e nenhum direito tem a reclamar em nome destas empresas, junto ao Governo brasileiro; por outro lado, ao aceitar a gestão francesa, o Itamarati estava endossando a reclamação em favor de duas empresas que nada tinham a receber do Governo, uma vez que também a "Brazil Railways" era empresa criminosa, perante o nosso país. Suas filiais — a Estrada de Ferro São Paulo-Rio Grande e a Estrada de Ferro Vitória-Minas — cujos interesses foram igualmente adquiridos por grupos franceses, foram encampadas em 1940 pelo Governo brasileiro, sem indenização de qualquer espécie, por terem arrancado fraudulentamente aos cofres públicos mais de três milhões de libras esterlinas.

SÁ FILHO É CONTRA

Com base no documento assinado por João Neves da Fontoura, foi constituída uma comissão, com a participação dos interessados e representantes do Governo, destinada a avaliar os bens da "Port of Pará". Esta comissão recomendou, em seu relatório, que a "Port of Pará" recebesse como indenização a quantia de Cr\$ 364 milhões, acrescida dos juros de mora "correspondentes ao período de ocupação e incorporação. Era então o fim do Governo Dutra, e a negociata ficou novamente prestes a ser concluída.

O advento do novo Governo de Vargas impediu novamente que a trama chegasse às últimas consequências. Apesar das pressões da embaixada francesa e do Itamarati as recomendações do relatório não puderam ser postas em prática sem prévia audiência do Procurador-Ajuído da Fazenda, que era, na época, o Professor Sá Filho. Este, já em 1951, num vigoroso parecer, liquidou o negócio, argumentando entre outras coisas: que a "Port of Pará", antes de pensar em indenização, devia devolver ao Governo os 25 mil contos-ouro (hoje representam alguns bilhões de cruzeiros de 1921); que "o critério adotado para a avaliação dos bens da empresa foi impreciso e flutuante"; e que o Governo francês nada tem a ver com a empresa, sendo a sua interferência no caso uma insuportável ingerência nos negócios internos do Brasil.

Assim foi tirado novamente



te o pão da boca dos negociatas franceses. Começou então um novo período de rearticulação da trama. O Governo francês tornou a reclamar, com a ajuda dos entreguistas profissionais do Itamarati, e foram reencetadas as nego-

ciações em torno do caso, que levaram, finalmente, aos "acordos Pinay", cuja denúncia agora é pedida ao Congresso. E a história destes acordos que procuraremos narrar, na próxima semana.

RESPOSTA AO LEITOR

REGIS ANTONIO DUARTE (Belo Horizonte-MG) — Agradecemos os termos elogiosos de sua carta ao nosso jornal, e a remessa do poema "Horizontes do Amanhã". E' norma deste jornal não publicar poesias, salvo as solicitadas aos nossos colaboradores, em casos excepcionais. Esperamos que o amigo nos envie reportagens sobre problemas de interesse popular.

OLIVIA CALABRIA (Uberlândia-MG) — Recebemos sua carta com as sugestões do leitor Joaquim Marcelano para a confecção de charges sobre a candidatura demagógica e entreguista de Jânio Quadros. Obrigado.

ANTONIO PEDROSO PINTO (Araraquara-SP) — Agradecemos o envio do poema "Mensagem de Ano Novo" e da crônica "Abrir os cemité-

rios dos vivos em Espanha", de sua autoria, publicados no "O Imparcial" dessa cidade.

JOSÉ DOS SANTOS BARROS (João Pessoa-PA) — A correspondência sobre as comemorações de fim de ano, realizadas no Sindicato dos Trabalhadores na Indústria de Alimentação, e a eleição da nova diretoria da Associação dos Servidores Públicos, chegou com muito atraso às nossas mãos. Por isso não a publicamos.

MANOEL SILVA (Três Rios-RJ) — Não nos cabe culpa se publicamos incompletos e com erros os nomes das pessoas que dessa cidade e de Paraíba do Sul dirigiram felicitações ao camarada Prestes por ocasião do seu aniversário. A culpa cabe exclusivamente ao Departamento dos Correios e Telégrafos.

JOÃO NEVES COLABORA

O primeiro gesto de pressão francesa se fez sentir em 1940, poucos dias antes do Decreto de Vargas, encampando a "Port of Pará". O embaixador da França pediu e obteve do Itamarati o compromisso de "entrar em negociações com a "Port of Pará", com o fim de liquidar este negócio". Este compromisso ficou entretanto como letra morta, apesar dos esforços da embaixada francesa, até o fim do primeiro Governo de Vargas. Com o Governo de Dutra, e a entrada do velho entreguista João Neves da Fontoura no Itamarati, a pressão francesa encontraria campo mais fértil.

Assim foi que, em uma nota fixando os termos dos acordos de pagamento, entre os dois países, em 1948, o Itamarati

CARNAVAL NA MONTANHA

Os moradores da Zona da Leopoldina promoverão no próximo dia 21 um grande piquenique na aprazível localidade de Parada Angélica. A condução sairá a partir das oito horas, do ponto de ônibus situado no município de Candia. Quem quiser levar o seu farnel pode fazê-lo, mas os organizadores do passeio providenciaram a instalação de barracquinhas, onde venderão, a preços módicos, variados alimentos. Uma conhecida orquestra animará o piquenique onde haverá um baile carnavalesco. Quem não quiser dançar, poderá banhar-se nas cachoeiras ou nas piscinas naturais que compõem a bela paisagem daquela cidade serrana. Os convites podem ser adquiridos na Gerência de NOVOS RUMOS, com a srta. Nira.

Os Comunistas e a Prefeitura De Niterói

MIGUEL BATISTA LEMOS



Nas eleições de 3 de Outubro de 1958, a população laboriosa de Niterói escolheu à Prefeitura o sr. Wilson de Oliveira. Em sua gestão, o prefeito vem manifestando o desejo de administrar com e para. Em várias oportunidades tem tomado posições democráticas e nacionalistas. A recente modificação do seu secretariado é uma demonstração de sua vontade de governar com homens não comprometidos em atos contrários aos interesses populares.

No entanto, o prefeito Wilson de Oliveira, visando atender aos encargos orçamentários está tentando adotar solução incompatível com o programa democrático de seu governo, ao aplicar a Deliberação 2.011, isto é, pondo em prática uma lei de arrecadação que aumenta consideravelmente os tributos municipais e ocasiona assim descontentamentos no seio da população.

O prefeito Wilson de Oliveira que vem sendo sistematicamente combatido por forças antipopulares e por poderosos grupos econômicos — aliás, orientados politicamente pelas mesmas forças comprometidas na capital do Estado com a candidatura entreguista de sr. Jânio Quadros, não por mera coincidência — deve meditar sobre as inevitáveis consequências do seu ato, pondo em vigor aquela Deliberação. As forças que e combatem se aproveitam não só dos erros que, por inexperiência, comete, como também das dificuldades financeiras que o Município atravessa, em particular devida a administrações anteriores.

Essas dificuldades recaem, em primeiro lugar, sobre os funcionários municipais, que se encontram com os vencimentos sérias privações. Na verdade, nenhum prefeito poderá administrar com uma receita sempre inferior à despesa, muito aquém do necessário ao pagamento do pessoal e dos demais setores da Municipalidade, e agravada com déficits acumulados de exercícios anteriores, atingindo a total superior a 50 milhões de cruzeiros, e por completa ausência de uma organização administrativa moderna, à altura do crescimento demográfico e de outros fatores. Por ainda dentro das condições específicas de município capital do Estado, como é Niterói, excluído das cotas constitucionais atribuídas à maioria das comunas e, principalmente, sem contar com o apoio e o interesse do governo estadual, quando tradicionalmente vinha disposto da colaboração dos chefes de executivos anteriores. Ao contrário — e certamente de maneira paradoxal, dado o conteúdo nacionalista e democrático do governo Roberto Silveira — a Municipalidade de Niterói não vem tendo acolhida para a solução dos seus problemas por parte do Executivo fluminense, que, enquanto apregoa a disposição de emprestar centos milhões de cruzeiros à Prefeitura do Distrito Federal, propõe-se realizar direta e isoladamente obras na capital do Estado, invadindo atribuições específicas e ferindo a autonomia local, fora posto de alijam de harmonia

e independência dos poderes como estabelece a lei.

Face, pois, aos encargos inadiáveis da Prefeitura de Niterói, é evidente que se torna indispensável aumentar a arrecadação. Mas o caminho para atingir tal objetivo não pode ser, de nenhum modo, o aumento de impostos, solução que agrava ainda mais as condições de vida da população. Ora, o prefeito Wilson de Oliveira insiste em apelar para a majoração de tributos, aplicando a Deliberação 2.011. Embora tal deliberação seja lei, uma vez que foi aprovada na legislatura passada e ratificada na atual — sendo a vigência da execução orçamentária — sua execução onera pesadamente o contribuinte, pois fixa em 10 por cento o imposto predial a ser cobrado no 1.º distrito, e oito por cento no 2.º distrito, além dos impostos de licenças e localizações. O prefeito anterior, sr. Alberto Fortes, homem conhecido por suas acentuadas tendências conservadoras, em cuja gestão foi aprovada a Deliberação, não teve ânimo suficiente para cumpri-la. Deste modo, foi compelido a baixar um decreto, de n.º 1.023, a pretexto de regulamentação da Deliberação 2.011, tendo em vista evitar — segundo acentuou — males repercutidos na vida do povo, a pressão fiscal e a ditadura dos ditosos. A cobrança dos impostos far-se-ia, como de fato se fez, à base de uma redução de 50 por cento para os impostos predial e territorial.

Sarpreenda, portanto, que o prefeito Wilson de Oliveira

— governante de formação democrática — ponha agora em vigor uma lei inaceitável por seu caráter antipopular. Seria absurdo e contrário ao caráter popular da administração municipal — repetimos — manter a escorelante carga de tributos fixados pela Del. 2.011. As justas soluções estão na adoção de critérios racionais de lançamento e cobrança de impostos, condição fundamental para a recuperação financeira do Município. O oposto, o que já está ocorrendo, paralelamente ao aumento em si mesmo provocado pela aplicação da deliberação, é a majoração em cadeia, das taxas de água e esgotos e das cotas de previdência, além das majorações das utilidades, gêneros e serviços especiais.

A administração municipal necessita tomar medidas financeiras e administrativas que possam normalizar a situação da Prefeitura. Nesse sentido, é imprescindível a convocação extraordinária da Câmara dos Vereadores para que seja cotado com as necessárias emendas, o projeto de Executivo, encaminhado na anterior sessão legislativa, e que sistematiza normas e critérios na arrecadação de tributos e fixa os percentuais básicos para cobrança do imposto predial e de outros tributos (5 e 4 por cento para o 1.º e 2.º distritos respectivamente), sem ocasionar qualquer aumento para a totalidade dos municípios de parcos recursos e que são, na realidade, a maioria da população niteroiense, fazendo aprovar, simultaneamente, taxações mais altas para os contribuintes de maior capacidade contributiva, como aliás estabelece a Constituição Federal.

Esse projeto, apesar de conter irregularidades e dispositivos que precisam ser emendados, é, no essencial, um sério passo adiante no panorama da desorganização e ilegalidades que vêm existindo nas administrações do Município, por falta de uma codificação adequada. Assim, Niterói poderá ter o seu primeiro Código Tributário, que permitirá, entre outras vantagens, estabelecer critérios uniformes e racionais de lançamentos e cobrança de tributos; impedir em grande escala a evasão de rendas atualmente ocorrente (cerca de 40 por cento); liquidar a máquina de corrupção administrativa resultante da aplicação de critérios arbitrários e empíricos de lançamento e cobrança de impostos; taxar

fortemente os terrenos abandonados, com construções em ruínas ou sem utilização de qualquer natureza, concorrendo assim para um maior incremento de construções na cidade e melhorias, em certos casos, de seus aspectos urbanísticos; regulamentar, em bases seguras e justas, o pequeno comércio e o comércio ambulante.

O projeto coloca também na ordem-do-dia a exigência da aprovação do Código de Obras, indispensável a administração municipal.

Outras medidas todavia são indispensáveis para superar as dificuldades do Município, como a aprovação da mensagem oriunda do Executivo, acompanhada de projeto de deliberação, que permitirá o levantamento cadastral da cidade e cria o Serviço de Estatística da Prefeitura. A aplicação desta medida possibilitará o aumento da arrecadação e a organização e racionalização dos lançamentos de imóveis.

São necessárias, de igual modo, normas mais flexíveis e eficientes de cobrança da Dívida Ativa, que ascende aproximadamente a 300 milhões de cruzeiros, dos quais grande parte é juridicamente cobrável. Por outro lado, impõem-se medidas de economia, devendo todas as despesas serem feitas dentro da estrita necessidade da administração, não se admitindo desnecessariamente novos funcionários, nem preenchendo os cargos que se forem vagando.

Apoiado nas organizações populares e sindicais, o prefeito precisa apelar para o Executivo estadual, a fim de que as taxas de água e es-

gotos não sejam fixadas de acordo com o valor locativo dos imóveis. Igualmente benéficos serão os entendimentos junto ao governo estadual para que subvenções totalmente, durante dois ou três anos, o Hospital Antônio Pedro, que é mantido em sua maior parte pela Prefeitura e atende todavia à população de quase todo o Estado.

O prefeito Wilson de Oliveira e alguns dos seus secretários não podem executar leis antipopulares, se quiserem se manter fiéis ao seu passado e não se comprometer diante do povo. Cabe-lhes, no contrário — como vêm fazendo em muitos aspectos — encaminhar providências imediatas para a substituição da Deliberação 2.011 por lei mais adequada e justa, o que terá por certo, a acolhida da maioria dos vereadores honestos de Niterói.

Ao defender o mandato do prefeito, ameaçado por forças reacionárias e entreguistas, os comunistas lutam ao mesmo tempo para impedir que a Municipalidade tome medidas que venham agravar as condições de vida das massas. Apoiem para os Centros Pró-Melhoramento, sindicatos, associações de servidores e de proprietários, comerciantes e para a população de um modo geral, a fim de que seja rapidamente alcançado aquele objetivo, com a anulação da Deliberação 2.011. O povo de Niterói não se recusará a ajudar a administração municipal a superar a atual crise, mas não aceita qualquer providência que torne ainda mais insuportável a alta generalizada do custo de vida, decorrente da política econômico-financeira do Governo Federal.

ALUGUEL DE CASA NA URSS MAIS BARATO QUE CIGARRO

O professor Antônio Alves de Noronha membro do Conselho Diretor do Clube de Engenharia do Rio de Janeiro e catedrático da Escola Nacional de Engenharia, que visitou recentemente a URSS integrando uma delegação de engenheiros brasileiros, realizou em Belém do Pará, a convite da Reitoria da Universidade do Pará e do Clube de Engenharia local, uma conferência sobre as suas impressões de viagem. Abordando principalmente problemas relacionados com o gigantesco avanço soviético no domínio da ciência e da técnica, nem por isso o conferencista deixou de focalizar alguns aspectos da vida do povo na URSS. O professor Noronha ressaltou o grande cuidado que há com as mães, as crianças e a saúde do povo em geral na União Soviética, onde há um médico para cada 600 habitantes. Outro detalhe que impressionou o conferencista foi a questão do ensino obrigatório e gratuito para todos os jovens, que, além disso, têm uma colocação garantida ao concluir o curso. Em 1959, formaram-se 98.000 engenheiros na URSS. O professor Noronha informou aos presentes à conferência que, com um salário de 400 rublos mensais, os trabalhadores soviéticos ganham o suficiente para sua manutenção, desde que têm casa quase de graça. Acrescentou que o aluguel pago ao Estado pelas casas de campo é mais barato que o preço de uma carteira de cigarros. Na foto, o conferencista, tendo ao lado o Vice-Reitor da Universidade do Pará e o Diretor da Escola de Engenharia daquele Estado.

MANIFESTAÇÃO DO POVO...

(Continuação da 1.ª pág.)

cargo pelo marechal Lott ao seu sucessor, o marechal Odílio Denys.

Após a transmissão do cargo, a multidão acompanhará e candidato nacionalista — que viajara em carro aberto — ao comitê de sua candidatura, site à Avenida Presidente Vargas, 754. Ali, diversos oradores usará da palavra, falando também o marechal Teixeira Lott. Em seguida, os manifestantes rumarão para o comitê localizado no Largo da Carioca, onde novos oradores se farão ouvir e o marechal Lott deverá pronunciar importante discurso.

NOVA IGUAÇU PODE PARAR DE NOVO

Comércio, Indústria e Povo Em Pé De Guerra

A paralisação de todas as atividades do município fluminense de Nova Iguaçu poderá ocorrer nos próximos dias, se até o fim desta quinzena o prefeito municipal, sr. Arruda Negreiros, não tiver atendido ao clamor popular, providenciando a diminuição das taxas e impostos municipais que foram elevados desde 1 de janeiro, pela Resolução 805, de 500 até 1.500 por cento.

Esse, pelo menos, é o pensamento dos membros da Comissão Executiva Contra o Novo Código Tributário, que comanda a rebelião pacífica dos 300 mil iguaçuanos dos seis mil estabelecimentos comerciais e de toda indústria contra o mais ousado e extorsivo aumento de impostos até hoje tentado em qualquer outro município brasileiro.

LUTAS ISOLADAS

A resistência ao código começou na Associação Comercial e Industrial de Nova Iguaçu e no Sindicato do Comércio Varejista. Os representantes destas entidades promoveram entendimentos com o prefeito jornalista Arruda Negreiros e com os vereadores

que o apoiam, chamando sua atenção para os efeitos catastróficos que poderiam advir para o município caso o código fosse aprovado. Os sindicatos, as associações de bairro, as entidades estudantis, movimentavam-se por outro lado, promovendo assembléias em suas sedes e entendimentos com os vereadores, levando o seu protesto contra a extorção planejada. Apesar da generalização do descontentamento popular, o Prefeito acabou dando o golpe, fazendo a Câmara aprovar, nos primeiros dias de dezembro, o novo código. Os contatos isolados com as autoridades, as manifestações de descontentamento entre paredes com o prefeito e vereadores não deram os resultados desejados. O povo, o comércio e a indústria tinham sido golpeados.

FRENTE ÚNICA

Logo que o código tributário foi aprovado, os estudantes iguaçuanos ganharam as ruas, promovendo, no dia 5 de dezembro, o enterro simbólico do prefeito Arruda Negreiros e dos vereadores venais, através de uma grande passeata, que contou com o apoio

de toda a população. Desde a campanha ganhou novo aspecto. As manifestações de protesto deixaram de ser feitas através de grupos isolados e se deslocaram para a praça pública. As entidades representativas dos diversos setores da população compreenderam que era necessário um movimento organizado e conjunto. Foi então criada a Comissão Executiva Contra o Novo Código Tributário que uniu o comércio, a indústria, os operários, os estudantes, o povo em geral num movimento único.

A campanha entrou em nova fase. Agora, era exigida a revogação da Resolução 805. A Câmara foi convocada extraordinariamente para discutir o assunto. Em 21 de dezembro se realizou um grande comício no centro da cidade. Nesse dia o comércio e a indústria fecharam as portas às 12 horas, atendendo a um apelo da Comissão Executiva. Um outro grande comício foi realizado no último dia 5. Novamente todos os seis mil estabelecimentos comerciais de Nova Iguaçu e todo o seu parque industrial cerraram as portas, paralisando completamente suas atividades, a fim de aguardar o pronunciamento da Câmara Municipal, que se reuniu às 14 horas, para apreciar o projeto de revogação da Resolução 805. Em sessão tumultuada, com as dependências da Câmara ocupadas por choques da Polícia Militar e dezenas de tiras ostensivamente armados, em atitude provocadora, foi confirmada a Resolução, por 10 votos contr. 8. Conhecida a decisão, um comício-mostrô se realizou na praça central de Nova Iguaçu, onde os vereadores Montes Paixão, Jorge Lima, Russani Elias, Jaci Modesto, Abdiel Duarte, Walter Borges e Nilo Dias se

juntaram ao povo nos protestos que se realizaram.

A onda crescente de protestos contra a Resolução 805 acabou levando o Prefeito Municipal a prometer o envio de uma mensagem à Câmara, determinando a revisão das taxas e impostos. A Comissão Executiva Contra o Novo Código Tributário aguarda que essa providência seja adotada até o próximo dia 15, caso contrário poderá ser determinada uma nova paralisação das atividades municipais.

O funcionalismo municipal, cuja maioria ainda recebe um salário mínimo de 3 mil cruzeiros, continua lutando pelo mínimo de 5.700 cruzeiros, e apoiando a luta de todo o povo contra o extorsivo aumento de impostos.

O quartel-general da campanha é sede da Associação Comercial e Industrial de Nova Iguaçu, onde se reúne diariamente a Comissão Executiva Contra o Novo Código Tributário. A Comissão se compõe dos presidentes da Associação Comercial e Industrial, do Sindicato do Comércio Varejista, da União Iguaçuana dos Estudantes, dos Sindicatos dos Trabalhadores em Produtos Químicos, Metalúrgicos, Trabalhadores em Cerâmica, Rodoviários, UNSP (seção municipal); das Associações dos Trabalhadores em Construção Civil, em Artefatos de Borracha, dos Empregados no Comércio; e de cerca de 15 Centros Pró-Melhoramentos.

PARTICIPAÇÃO DOS ESTUDANTES

Valiosa tem sido a participação dos estudantes. Com seu entusiasmo e combatividade, os

jovens iguaçuanos promovem semanalmente um encontro com o povo, em bairros diferentes, onde é aberto o debate sobre o código tributário, que o povo apelidou de «Mostrengo». Mesmo antes da campanha os estudantes já organizavam regularmente as caravanas semanais, promovendo, cada domingo, um «show» em bairros diferentes, denominado «O estudante diverte você». Nesse programa foi introduzida uma outra parte — «O estudante conversa com o povo». São dez minutos durante os quais é aberto o debate sobre o «mostrengo», e denunciados, agora, nominalmente, todos os vereadores e demais políticos que se colocaram contra os interesses do povo e do município, fazendo aprovar a famigerada resolução.

PEQUENOS MUNDOS

O IBGE, num trabalho publicado há poucos anos atrás sobre a vida nas favelas, informou que apenas 10% de seus moradores não tinham ocupação definida. Entre esses, certamente, estarão aqueles que aparecem, vez por outra, nas crônicas policiais. São os desesperados. Não entendem que o crime não lhes dará a compensação pelo abrigo, pela escola, pelo pão que não tiveram. Vingam-se da sociedade injusta de forma hostil, negativa e perigosa. E em vez de abrigo, escola, pão, a sociedade os persegue sem amor e sem misericórdia, perseguindo, ainda, os demais moradores, inclusive as mulheres e as crianças, com cães ametralhados e metralhadoras. Acontece que Copacabana, muito mais do que as favelas, vem dando assunto para as crônicas policiais. Seria bom que o IBGE nos dissesse qual a percentagem dos desempregados entre os habitantes daquele bairro. Ajudaria a acabar com essa acusação de malandragem que pesa sobre a população favelada. E' do outro lado do tunel que estão surgindo até quadrilhas de menores, para roubar automóveis. Onde, sempre, é denunciado o tráfico de entorpecentes. Onde a feira do sexo não arma as barracas em dia certo, mas todos os dias. Apesar de lamentarmos a vida desses jovens, que se envolvem, muitas vezes, em crimes repugnantes, é necessário apontar as injustiças cometidas na repressão. E' mais fácil, na verdade, arrombar a porta de um barraco do que abrir, mesmo com chave, a porta de um apartamento. Se Cácio Murilo, um dos envolvidos na morte de Aida, morasse na favela estaria no SAM. Ao contrário, como «castigo», foi internado num dos colégios mais caros do país.

Se nas favelas a miséria cria as condições para o desespero e o crime, aqui em baixo, essas condições são criadas pela satisfação e pelo tédio do conforto e da inutilidade, através do mau exemplo, das riquezas adquiridas com a fome e a ignorância dos semelhantes. São as lojas que vendem roupa para os cachorros de luxo. E' o homem do «society» que compra um par de chinélos por quinze mil cruzeiros. E' o outro que tendo chegado de Paris num dia, volta, no seguinte, apenas para obter um dente. E sem nenhuma dúvida são esses contrastes sociais que, gerando um mundo de exploração, geram, também, pequenos mundos de infelicidade, onde vive grande parte da juventude.

ANA MONTENEGRO



Oswaldo Valente Péres, presidente do Sindicato dos Rodoviários, afirma ao repórter de NR que sua corporação só cessará a luta quando o «mostrengo» estiver enterrado.



Na sede da Associação Comercial e Industrial de Nova Iguaçu, onde funciona o quartel-general da batalha contra o novo código tributário, os srs. Elzio Ramalho, presidente da UNSP local, Nime Jorge (ao centro), Conselheiro da Associação Comercial, e o jovem Carlos Otávio, presidente da União Iguaçuana dos Estudantes, falam ao repórter de NR sobre a rebelião do povo contra o mostrengo do prefeito Arruda Negreiros.

Manifesto das Entidades Sindicais

Trabalhadores Paraenses Condenam a Candidatura Jânio Quadros

As entidades sindicais dos trabalhadores do Pará, em manifesto dirigido ao povo daquele Estado, definem sua posição face a sucessão presidencial ao condenar os candidatos messiânicos "cuja demagogia está a serviço dos monopólios estrangeiros e da oligarquia paulista" e pugnar pela formação de uma frente única nacionalista e democrática para eleger um candidato capaz de formar um governo que realize uma política de libertação nacional.

O manifesto, assinado por dezenas de presidentes de federações e sindicatos de trabalhadores de todas as categorias profissionais, apresenta ao povo paraense as resoluções da II Conferência Sindical Nacional, conclamando-o à luta por sua aplicação.

O importante documento dos dirigentes sindicais do Pará termina com a seguinte proclamação: "Trabalhadores! povo do Pará! esta é a posição da classe operária, consciente de que a solução dos seus problemas não é, e jamais poderá ser o resultado da ação de homens que se consideram carismáticos, messiânicos, cuja demagogia está a serviço dos monopólios estrangeiros e da oligarquia paulista, constituída de grandes capitalistas e grandes fazendeiros, causas fundamentais do subdesenvolvimento do Estado. A solução dos nossos proble-

mas será conseguida pela força de todos os patriotas e democratas unidos na frente única nacionalista e democrática, para a eleição de um candidato comprovadamente capaz de formar um governo cuja política garanta a libertação nacional. Repudiamos os demagogos que, explorando o descontentamento das massas, nada mais fazem do que servir aos seus amos e sócios do capital colonizador. Viva o movimento nacionalista, expressão legítima e elevada da luta do nosso povo pela libertação nacional."

Belém, Janeiro de 1960, assinado: Almoré Rabelo Cavalcante — Presidente da Federação T. I. Estado do Pará e Sindicato T. I. Calçados de Belém; Henrique dos Santos Miranda — Presidente Sindicato T. I. Alimentação do E. Pará e T. Federal do Amapá; Geraldo Botelho da Silva — pelo Presidente Sindicato T. I. Artefatos de Couros de Belém; Bruno da Conceição — Presidente Sindicato T. I. Artefatos de Borracha de Belém; Mario Gonçalves Ferreira — Presidente Sindicato T. I. Metalúrgica M. Material Elétrico de Belém; Raimundo Gomes da Silva — Presidente Sindicato T. Ind. Construção Civil de Belém; Francisco Carneiro de Souza — Presidente T. I. Fiação Têxtilagem do E. Pará e T. Federal Amapá; Palmério da

Costa Ferreira — pelo Presidente Sindicato Trab. na Ind. Gráfica de Belém; Mario Gonçalves de Souza — Presidente Sindicato Of. Marceneiros e T. I. Móveis de Madeiras de Belém; Alcindo Gabriel dos Santos — 1.º Sec. Sindicato dos Arremadores do Estado do Pará; Francisco Antonio da Cunha — Sindicato Empregados Comercio Hotelheiro Similares de Belém; Edgar Furtado — Presidente Sindicato dos Comissários Fluviais; José Candido de Barros Osório — Del. Sindicato Nac. Foguistas e Representantes do Sindicato Nac. Tãfeiros da M. Mercante; Edgar Santos Oliveira — Presidente Sindicato dos Escreventes em Transp. Fluvial E. Pará e Amazonas; Benedito Pereira Serra — Presidente da U.L.T.A.P.; Roberto de Figueiredo Castilho — Presidente Sindicato das Tãfeiros Cul. Panif. Marítimos do Pará; Mario Cardoso — Presidente Sindicato Empregados Escritórios Emp. Navegações Marítimas do Pará; Lafete de Farias Bentes — Sindicato dos Oficiais Maquinistas; Teodomiro Moreira da Silva — Delegado do Sindicato N.C.M.M.R.T. Marítimos; Bernadino da Costa e Silva — Sindicato dos Motoristas e Condutores Fluviais de E. Pará; Luiz dos Reis Gonçalves — Presidente Sindicato dos Foguistas e Carvo-

eiros Fluviais; Raimundo Pedro dos Santos; Jorge S. Kahwage — Presidente Sindicato dos Contabilistas do Pará; Altino Nasifeno dos Santos — Presidente Sindicato T. I. Extrativa Pará e Amapá; Federação dos T. I. do Amapá; Reinaldo de Souza Mello — Vice-Presidente do Sindicato dos Empregados no Comercio do Pará; Mario da Rocha — Presidente Sind. Jornalistas Profissionais do Pará; Luis Otávio de Carvalho — Presidente do Sind. Empregados em Estabelecimentos Bancários; Olimpio Fernandes de Lima — Presidente Sind. Condutores de Veículos Rodoviários.

Associação dos Servidores da Paraíba

João T'casso (Do Correspondente) — Por 653 votos contra 582, os servidores públicos da Paraíba elegeram o jornalista Joaquim Ferreira Filho para a presidência da Associação Paraibana dos Servidores Públicos.

O jornalista Joaquim Ferreira Filho, que é Presidente do Movimento Nacionalista seção da Paraíba, foi empossado na última quinta-feira.

CARTA DO SERTÃO

ZÉ PRAXÉDI — o poeta vaqueiro

Juazéro-de-meu-padrin,
No sertão do Ciará,
Vai aí, meu Zé Praxédi,
O qui nos sabe pur cá.

O ciarense, meu Zé,
Carrega a pesada cruz!
De dia nos farta água
E dinoite: água e luz.

Presidente J.K.
Premeteu aqui prá nós,
O Ciará intêrinho
Iscutô a sua voz
Dizendo que vai fazê
O agude dos Orós.

Trinta e seis ano já faz
Que nosso Orós é promessa.
Já fez munta gente rica.
Gastaro dinheiro a bessa!
Esse premete tombém...
Vamos vê se ele tem
Corage de saí dessa.

Dêxo cá no Juazéro
As terra de meu padrin
E vô pra bêra d'Orós
Prantá batata e capim.

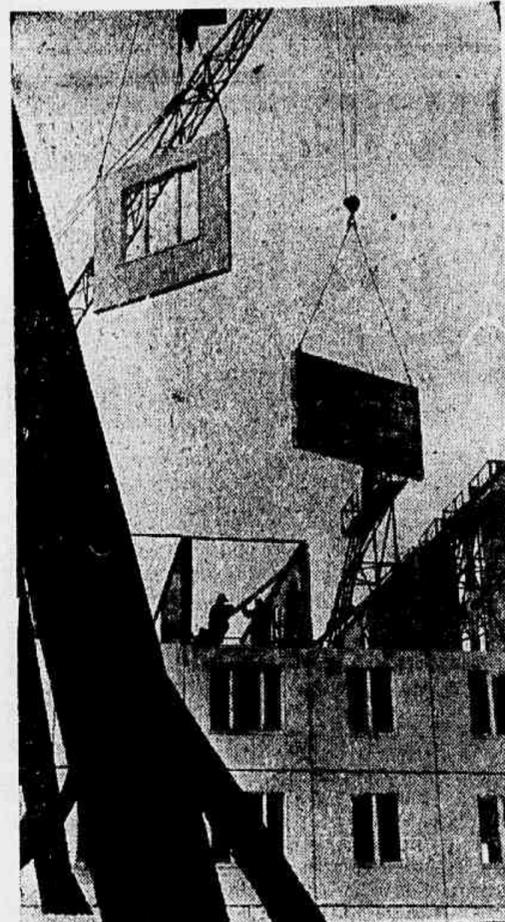
Assuntando na pulitica
Nós tamo cum o PTB.
O povo do Ciará
Tá cansado de sofrê.

Generá Texêra Lote,
Esse minêro valente!
Vai subj à Prsidença,
E sei qui sua incelença
Num vai isquecê da gente.

Para votá no zarói,
Candidato da bassôra,
Aqui tem quato inleitiô:
Os fio do Pêdc Môra
E Rosa de Zé Lixêro
U'a farsa professôra.

O genro de Zé Covêro
Fala munte im Ademá,
Qué abri casa de jôgo
Cum canjerê e biá
O resto querendo anote
Vai tudo votá no Lote
Esse illustre Generá.

Quarquê coisa qui conteça,
Nesse Ciará ingrato,
Tô aqui pra ti contá:
José da Costa Biato.



Este prédio de apartamentos será entregue aos habitantes de Moscou 30 dias após o início de sua construção, graças às novas técnicas que estão sendo usadas na União Soviética. Ele foi inteiramente construído num combinado industrial: os trabalhadores só tiveram o trabalho de montá-lo.

O engenheiro Vitali Lagutenko comanda o trabalho das poderosas gruas que operam na montagem de um edifício de apartamentos na região de Moscou. Há mil gruas em trabalho na capital soviética.

Em outros tempos, quando o cerco capitalista ainda existia e também atuava no sentido de impedir que se tornassem conhecidas as realizações do país do socialismo vitorioso (esta foi a verdadeira "cortina de ferro" levantada do lado de fora das fronteiras da URSS), a propaganda anticomunista procuraria pôr em ridículo o repórter que, da capital soviética, mandasse dizer: "Eu vi um apartamento passando pelas ruas de Moscou!" Mas agora a situação é bem outra. A peneira do noticiário mentiroso das agências de propaganda do imperialismo não consegue ocultar as extraordinárias conquistas da ciência e da técnica soviéticas. E não existem mais essas conquistas que o homem da rua nem mais se assombram no país onde o proletariado foi ao poder tudo é possível. A própria imaginação se atrasa a realidade às véses caminha na sua frente. E não existe nada de mais quando se vê, em pleno centro de Moscou, os inspetores de trânsito atirarem um pouco seu trabalho a fim de que pedestres e veículos dêem passagem a um apartamento que saiu prontinho da fábrica e está sendo transportado para o edifício em que vai ser colocado.

sões e peso que tornavam cômodo o seu manéjo — era a base da construção. Mas depois o homem construiu gruas, que são mãos gigantes capazes de levantar até 5 toneladas (estão sendo preparadas umas com capacidade para 10 toneladas). E então foi possível realizar a "primeira etapa" da revolução: passar

Com uma boa organização do trabalho em dois turnos, em 20 dias se completa a montagem de um edifício de 5 andares. E o ciclo completo da construção — compreendida as fundações — vai de 2 e meio a 3 meses. O tijolo caiu, assim, da moda. Suas fábricas vão sendo aos poucos substituídas por

de cada cômodo ao futuro morador.

Dai para a segunda etapa da revolução foi um pulo: fabricação de apartamentos completos, com duas peças, 20 toneladas de peso. O edifício é montado como um brinquedo de criança. Já foi construído um, com dois andares e oito apartamentos.

— A fabricação desses apartamentos, disse-nos o arquiteto Boris Ezdrin, não oferece nenhum problema. Só existe uma dificuldade: passar com eles pelas ruas. As ruas sempre foram feitas para pedestres e veículos. Mas, com o comunismo, precisamos pensar em ruas que também permitam a passagem de apartamentos...

15 MILHÕES DE RESIDÊNCIAS

Na União Soviética, ainda há falta de habitações. Para isso concorreu o grande desenvolvimento industrial dos últimos anos. As cidades crescem de maneira fora do comum. E a guerra agravou o problema, com a destruição de mais de 70 milhões de metros quadrados de superfície habitável.

Mas em breve a crise estará debelada. A 31 de julho de 1957, o Partido Comunista da URSS e o governo soviético traçaram um novo programa de grandiosos trabalhos no terreno da construção de moradias, fixando o prazo de 10 a 12 anos para a completa liquidação da crise. E não há dúvida de que isso acontecerá. Os objetivos estão sendo alcançados. Pelo plano setenal, perto de 15 milhões de novas habitações vão ser construídas.



do pequeno tijolo aos grandes blocos pré-fabricados.

O bloco já é a parede completa; só falta pintar. Chega a ter 9mx3m. Feito com materiais diversos, sua utilização é universal (para paredes externas e internas, para teto, etc.). Permite uma grande economia de tempo e de trabalho: em 2 horas se faz um bloco com 8 metros por 3. Na montagem de uma construção com blocos de grandes dimensões trabalha uma equipe de 6 ou 7 homens, utilizando gruas de 5 toneladas.

fábricas dos novos materiais de construção.

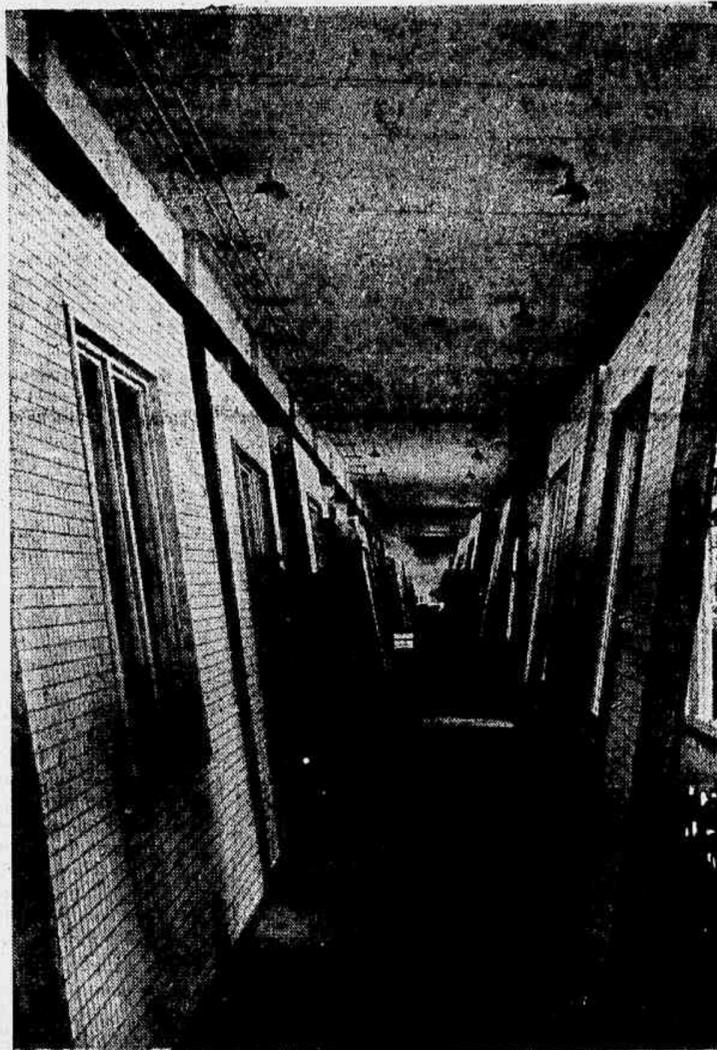
SEGUNDA ETAPA

revolução não ficou, por aí. Foi dado mais um passo. A cozinha e o banheiro começaram a ser pré-fabricados. São levados para a obra inteiramente prontos, já pintados e com todas as instalações. E só colocar no lugar, fazer externamente as ligações de luz, água, encanamentos, entregar as chaves

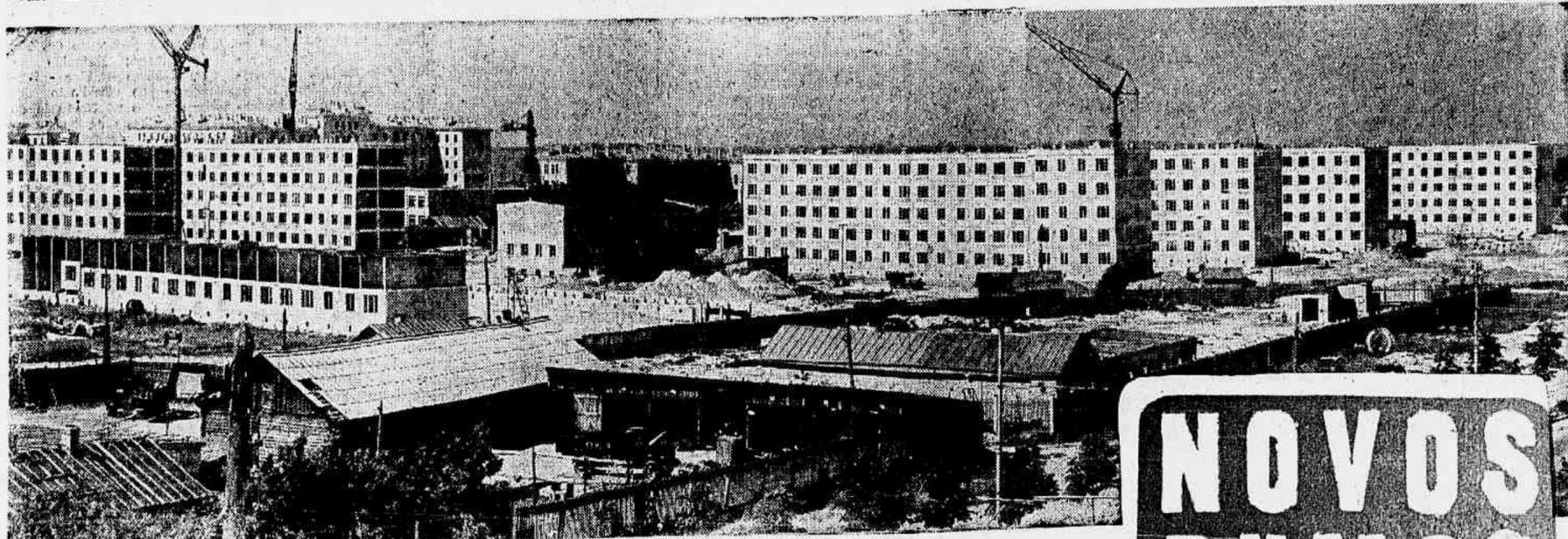
O TIJOLO CAIU DE MODA

O arquiteto Boris Ezdrin, que dirige o escritório de informações e orientação do arquiteto-chefe de Moscou, me contou a revolução já realizada na fabricação de materiais de construção e na técnica de construir.

Antes, o homem construía com as próprias mãos. E o tijolo — com formato, dimen-



Montado o arcabouço, só resta agora o trabalho de ajustar as paredes internas dos apartamentos. O corredor, com as peças à espera de serem colocadas, é um detalhe curioso que não escapou à argúcia do fotógrafo.



15 milhões de apartamentos em sete anos é o objetivo do plano aprovado pelo governo da URSS. A utilização em larga escala do processo de construção de edifícios pré-fabricados acelera o ritmo do trabalho e faz prever que o objetivo será ultrapassado antes de terminado o prazo de sete anos. Este conjunto residencial que está sendo construído nas proximidades de Moscou deverá ser entregue ao público muito antes da data prevista.

